

EM TEMPO!

Periódico nacional

Ano VIII

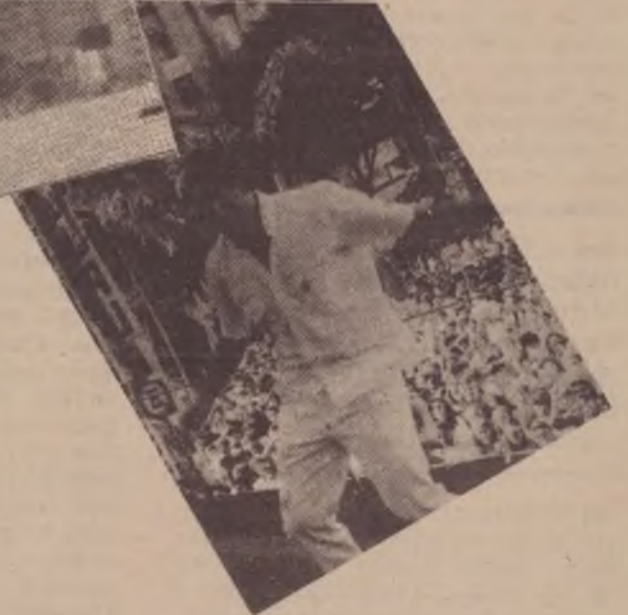
Nº 206

Dezembro de 1985

Cr\$ 4.000



O PT EXPLODE NAS URNAS



Alcançando mais de 1,4 milhão de votos, o que equivale a cerca de 10% dos votantes, conquistando o governo da quinta maior capital do país, o PT desfruta de ótimas condições para se tornar o partido que polariza a oposição ao governo conservador de Sarney.

Após o grandioso Apronfundar o combate e construir uma

O grandioso ascenso do movimento operário este ano, revelado no espetacular crescimento das greves, da CUT e da votação do PT nas recentes eleições, coloca um grande desafio para todos nós: é preciso com ousadia romper o atraso, colocar as organizações políticas e sindicais do movimento operário à altura dos acontecimentos, à altura da energia revolucionária que brota da revolta e das lutas das massas em todo país.

O fato mais importante e a partir do qual se deve entender a conjuntura do país é o grandioso e promissor ascenso das lutas do movimento operário e popular verificado este ano. Este ascenso grandioso representa no plano da luta econômica a continuidade da poderosa pressão por mudanças que foi o motor da campanha das "diretas já" no ano passado.

Este ascenso do movimento explica, em primeiro lugar, o crescimento da influência da CUT, a sua hegemonia crescente no movimento sindical. Explica, em segundo lugar, o espetacular crescimento da votação do PT nas eleições municipais.

Em 1985, mais de 5,5 milhões de trabalhadores foram a greve em todo o país. Um verdadeiro furacão grevista, que alcançou o seu auge nos meses de abril/maio/junho e setembro/outubro/novembro. Movimentos em geral motivados pela busca da recuperação do poder aquisitivo dos salários, pela conquista do reajuste trimestral, pela redução da jornada de trabalho.

O número de grevistas neste ano multiplicou de três a quatro vezes o número dos trabalhadores que paralisaram suas atividades em 1984. Representa dava vezes mais o número de grevistas de 1979, ano celebrado por marcar o salto de qualidade mais importante na retomada do movimento operário após 1964.

Não se trata apenas de acentuar o fato de que enormes contingentes da massa trabalhadora estão se pondo em movimento. A luta dos trabalhadores vai assumindo uma qualidade nova, enriquecendo a experiência da classe e preparando novos saltos adiante. Assim, tivemos a vitoriosa greve nacional

Em 1985, mais de 5,5 milhões de trabalhadores foram à greve em todo o país. Um verdadeiro furacão grevista, que alcançou o seu auge nos meses de abril/maio/junho e setembro/outubro/novembro.

dos bancários, a primeira greve nacional de uma categoria chave para o sistema econômico após 1964; tivemos em São Paulo no mês de novembro a campanha salarial unificada que culminou com a greve de centenas de milhares de operários na capital do estado; tivemos no ABC um exemplo importante do uso da organização por fábricas, com a tática sindical empregada nos 41 dias de greve dos metalúrgicos.

Não menos importante, o ascenso do movimento dos trabalhadores urbanos é acompanhado agora, por um proces-

so de crescimento da luta no campo. Além das greves de bóias-frias, certamente o setor mais explorado e oprimido do proletariado brasileiro, assistimos a várias ocupações de terras por milhares de lavradores na região sul, central e norte do país. Com o crescimento das lutas, aumenta a violência dos latifundiários e empresários no campo: a cada dia morre um trabalhador rural assassinado; é extensa a lista

Com o resultado das eleições, o PT se torna inequivocamente a grande referência no campo dos trabalhadores, colocando o PCB e o PC do B em uma posição já bastante subordinada.

de dirigentes e lideranças sindicais tombadas pela mão criminosa do latifúndio.

O lançamento de um projeto limitado de reforma agrária pelo governo (depois revisto) não conseguiu impedir que se acendesse a luta por uma reforma agrária mais ampla e profunda. Em julho, agosto e setembro nas várias capitais do país mais de 50 mil pessoas saíram às ruas exigindo a "reforma agrária já", o fim da violência no campo e a previdência social para os agricultores.

Marcante igualmente foi o ato contra o pagamento da dívida externa do dia 23 de outubro, organizado por trabalhadores de toda a América Latina a partir da convocação da conferência realizada em Havana. Apesar de reunir poucos milhares de pessoas nas várias capitais, é o início promissor de uma luta anti-imperialista que certamente vai se aprofundar no próximo período.

A CUT e o PT vão consolidando a sua hegemonia

Diferentemente da situação de 1979 quando os trabalhadores não tinham uma referência de independência de classe organizada no plano político e sindical, este novo ascenso do movimento tem gerado grandes saldos organizativos. A CUT e o Partido dos Trabalhadores servem inapelavelmente de polo de atração para as massas que entram em movimento e para o enorme contingente de combatentes da vanguarda do movimento operário que encabeçam o ascenso.

Porisso este grande ascenso do movimento tem produzido uma alteração de qualidade na correlação de forças no interior do movimento operário: a CUT vai se tornando claramente a corrente hegemônica no movimento sindical urbano, alargando a sua influência, aumentando sua capacidade organizativa, derrotando as forças da Conclat



Lula e Darci Acorsi em Goiânia: o PT estourou todas as previsões

A burguesia ainda não forjou um projeto global capaz de apontar para uma superação segura da crise econômica e, ao mesmo tempo, conter o crescimento do movimento de massas.

em eleições sindicais de grande importância; (é importante notar que no campo este processo de construção da hegemonia da CUT se encontra em um estágio mais atrasado); o PT, principalmente com o resultado das eleições municipais, se torna inequivocamente a grande referência no campo dos trabalhadores, colocando o PC e o PC do B em uma posição já bastante subordinada.

Essa alteração na correlação de forças no interior do movimento operário é um fato decisivo para a luta de classes. Traz consequências imediatas para a aplicação de uma política de frente única, fornece ao movimento operário uma capacidade de iniciativa nova e importante na conjuntura.

O desgaste da Aliança Democrática

É este crescimento da luta operária e popular que explica o profundo processo de desgaste do governo da Aliança Democrática. Explica igualmente a rapidez, o ritmo em que este processo de desgaste está ocorrendo.

Em milhares e milhares de assembleias de trabalhadores da cidade e do campo, reuniões e panfletos, o governo da Aliança Democrática foi repudiado, chegado na sua incapacidade de implementar as mudanças que prometera. Esse desgaste molecular acumulou-se e encontrou uma expressão no enorme crescimento do voto de oposição e principalmente do PT nas últimas eleições de novembro.

O governo da burguesia liberal, após tantos anos de crise da ditadura militar, e em meio a uma grave crise social e econômica, clamou por uma trégua aos trabalhadores. Mas o que ocorreu foi exatamente o contrário: a proposta de pacto social lançada e relançada pe-

ascenso de 1985 alternativa ao governo Sarney

lo governo (explorando hipocritamente a morte de Tancredo, utilizando a experiência de seu esperto ministro do Trabalho, apoiando-se nos pelegos e reformistas) foi literalmente atropelada pelo ascenso das lutas; a proposta de reforma agrária lançada no primeiro momento teve um efeito cooptador importante (principalmente através do apoio das direções principais da CONTAG), mas o que ocorreu no segundo momento com o recuo do governo foi o efeito bumerangue das expectativas frustradas.

Além de provocar uma redução da base social de apoio do governo, essa pressão de baixo para cima aprofunda a divisão no interior da Aliança Democrática. Cresce o atrito entre os que defendem que a burguesia deve acompanhar coxeando o movimento pelas reformas e mudanças e os que giram à direita, de olho nos cassetetes da polícia e na força dos quartéis.

Esse crescimento das diferenças no interior do bloco dominante é importante. Ele é a evidência maior que a burguesia não forjou ainda um projeto global capaz de apontar para uma superação segura da crise econômica e, ao mesmo tempo, conter o crescimento do movimento de massas.

E a crise de seus partidos

Da mesma forma que o governo da Aliança Democrática não encontra solo firme para construir sua estabilidade, os partidos burgueses experimentam fortes deslocamentos em sua base eleitoral.

O PMDB, partido ungido como condutor da transição burguesa, vê a sua pretensão hegemônica dramaticamente derrotada nestas eleições municipais. O PMDB sai do 15 de novembro ainda como o partido mais forte do país: mas abalroado em São Paulo, sua

O PT deve assumir a iniciativa de organizar uma frente em torno a uma campanha pela realização de eleições diretas para presidente em 1986.

cidadela central, derrotado em várias capitais do centro-sul do país, dividido em infundáveis alas. Nada indica que o PMDB conseguirá se revitalizar no próximo período.

O PFL, partido sócio da Aliança Democrática, naufragou nas eleições. O único lugar importante que obteve sucesso foi em São Paulo, pegando carona em Jânio Quadros. Nada indica que o PFL conseguirá construir uma base eleitoral sólida nos grandes centros urbanos.

A crise destes dois partidos burgueses é resultado do desgaste do governo da Aliança Democrática, mas acrescenta novas dificuldades a este governo. A burguesia precisa de partidos, âncoras fortes para navegar as águas turbulentas da transição.

A questão fundamental: o que está em jogo?

A tendência mais provável é que o processo de desgaste do governo da Aliança Democrática continue e se aprofunde no próximo período. Essa tendência é irrefutável na medida em que o governo Sarney é estruturalmente incapaz de responder à pressão pelas mudanças que deve aumentar ainda mais com o avanço das lutas do movimento operário e popular.

A primeira questão que surge daí é: quem ocupará o lugar principal da oposição ao governo da Aliança Democrática?

As eleições municipais oferecem um primeiro esboço das forças que potencialmente podem canalizar esta base oposicionista: o PDT, polarizando eleitoralmente o sentimento de insatisfação para um projeto populista; o PT, que a partir destas eleições se tornou uma força nacional e importante no cenário político; os setores mais reacionários da burguesia que, como conseguiram em São Paulo, podem capitali-

questões fundamentais que estarão em jogo no próximo período.

Capitanear a oposição ao governo Sarney

O PT e a CUT devem capitanear a luta contra o governo Sarney. Isto tem dois significados. O primeiro deles é o de buscar, através da CUT, a realização de uma campanha do movimento operário unificada nacionalmente com reivindicações dirigidas ao governo Sarney, colocando em cheque a política econômica atual do governo, a sua subordinação ao Fundo Monetário Internacional. Essa campanha é objetivamente possível com os avanços conseguidos este ano e pode ser inclusive combinada com as campanhas salariais normais que atingem um momento importante em abril e maio do próximo ano.

Em segundo lugar, o PT deve assumir a iniciativa de organizar uma frente com entidades do movimento operário e popular e mesmo alianças com partidos burgueses, como o PDT, em torno a uma campanha pela realização

nhando o PT a CUT no movimento operário colocam uma grande questão na mesa: a de construir desde já uma alternativa de governo para o país que represente os interesses dos trabalhadores, dos setores populares e seus aliados. Não mais como uma projeção para um futuro, como mera propaganda; mas algo que cobra atualidade hoje, no plano tático.

Está na ordem do dia a construção de uma alternativa de governo para o país que represente os interesses dos trabalhadores, dos setores populares e seus aliados.

O Partido dos Trabalhadores tem já que se apresentar hoje como o partido que quer dirigir o país e luta por isso.

Isto não significa partilhar de uma visão ingênua e triunfalista de uma expansão eleitoral linear e ilimitada do Partido dos Trabalhadores. Seria um erro criminoso apostar no triunfo do PT como partido institucional que vence a burguesia no interior das instituições da transição burguesa.

Da mesma forma, não significa adotar uma visão infantil, esquerdista e falsamente avançada de que vivemos uma conjuntura pré-revolucionária e que a questão do poder, sem mediações, está colocado para os trabalhadores. Seria exatamente apagar as características e as tarefas colocadas no período: a de que há todo um potencial de aprofundamento da organização independente dos trabalhadores e do movimento popular que, exige resposta e reclama ser vivido.

É exatamente o contrário destas duas visões. É compreender, em primeiro lugar, que a transição burguesa caminha não para a calma mas para um período de grande instabilidade. Em segundo lugar, que o ritmo desta crise vem se acelerando e se desenvolve aos saltos. Em terceiro lugar, que há um enorme, profundo e dramático descompasso entre as exigências colocadas pela situação e o nível de consciência e organização do movimento operário independente.

Em resumo: é ter a visão mais rica das possibilidades abertas ao movimento operário e a avaliação mais aguda e sem condescendência de suas debilidades.

É preciso empreender no próximo período um trabalho gigantesco de consolidação política e organizativa da CUT e do PT. É preciso romper os vícios corporativos que ainda rondam o movimento operário classista e abrir a consciência e o debate sobre os enormes e complexos desafios para a construção de uma hegemonia na sociedade de um bloco operário e popular que se apresente como alternativa viável ao governo da Aliança Democrática.

Em suma, é este o grande desafio deste ano rico e promissor: é preciso com ousadia romper o atraso, colocar as organizações políticas e sindicais do movimento operário à altura dos acontecimentos, à altura da energia revolucionária que brota da revolta e das lutas das massas em todo o país.



7000 ocupam fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul: ação direta pela reforma agrária

zar à direita o sentimento de insatisfação com a Aliança Democrática.

A segunda questão que surge, mais profunda, e que se vincula à primeira é: se o governo Sarney é o governo da transição, o seu desgaste significa a perda crescente de controle por parte da burguesia do processo de construção de um novo regime burguês e sua crise é também a crise das instituições e leis da burguesia.

O que estará em jogo, portanto, no próximo período mais do que a popularidade do governo Sarney é a sua legitimidade e, com ela, a estabilidade da transição burguesa.

O movimento operário deve ter a capacidade de dar resposta a estas duas

de eleições diretas para presidente em 1986. O mandato de Sarney é hoje, ao mesmo tempo, a caixa-forte, o maior fator de estabilidade da transição burguesa e também o seu calcanhar de Aquiles. Combinada com a participação do partido no processo constituinte, esta campanha pode assumir uma importante dimensão de massas já no próximo ano.

Apontar e construir uma alternativa de governo

O casamento entre o desgaste crescente da Aliança Democrática, o aprofundamento vigoroso das lutas dos trabalhadores e a hegemonia que vêm ga-

São Paulo

O PT quebrou o cerco do "voto útil"

O PT obteve um excelente resultado em uma eleição polarizada e difícil. Mas poderia ter conquistado um resultado ainda mais favorável se não houvesse ocorrido alguns desequilíbrios importantes na campanha.



Virando pelo avesso a pretensão hegemônica do PMDB

Entre 1982 e 1985, o PT cresceu eleitoralmente em São Paulo: passou de 12,8% de votos na eleição dos vereadores, e 14,3% na eleição de governador na capital, para 19,75% na eleição para a prefeitura. Este resultado é superior ao que a maioria dos petistas imaginava ser possível no início da campanha, quando ainda sentíamos o peso das ilusões tancredistas que tinham conduzido o PT a um relativo isolamento, depois do fim da campanha pelas diretas-já.

Além disso, as eleições em São Paulo foram particularmente disputadas: o PT enfrentou dois fortes concorrentes, Jânio e Fernando Henrique, o primeiro apoiado por vários setores da direita (PTB, PFL, PDS), o segundo apoiado por um bloco que incluía o PMDB, o PCB, o PC do B, e depois o PDT e o PSB. Todos os dois gastaram centenas de bilhões de cruzeiros na campanha, muitas centenas de vezes mais do que o PT. E em São Paulo o "voto útil" teve um peso razoável nesta eleição: o PMDB e seus aliados brandiram a tese do voto contra o "retrocesso" representado por Jânio; e houve ainda um "voto útil" em Jânio dos que queriam derrotar Montoro.

Assim, do ponto de vista eleitoral, o PT se saiu muito bem, melhor do que a maioria esperava. Contudo, se levamos em conta os resultados nacionais, e o acúmulo que o partido já tinha em São Paulo, o avanço deve ser algo relativizado: podemos levantar a questão de que em princípio havia condições para

que o PT crescesse mais e até disputasse para ganhar. São Paulo, sendo o berço do PT, contando com as bases sociais mais sólidas para o partido, tendo tido lutas sociais muito importantes no período, ficou em 4º lugar em termos de porcentagem de votos do PT. Se avaliarmos o crescimento, isto é mais ressaltado: foi relativamente pequeno.

Este dado é reforçado quando consideramos que Montoro é um dos governadores mais desgastados do país, o grande responsável pela derrota do PMDB. Não há razões claras para que as eleições em São Paulo sejam mais difíceis para o PT do que, por exemplo, as de Fortaleza. Se é verdade que a sociedade paulista é mais complexa, que a burguesia é mais sólida, e que portanto uma "explosão" eleitoral petista é mais difícil, é verdade por outro lado que o ponto de partida com que contava o PT era muito superior. Assim, podemos avaliar que o resultado obtido em São Paulo foi aquém do possível.

Três problemas

Não se trata de fazer uma avaliação negativa do resultado: pelo contrário, o resultado em termos eleitorais foi excelente. Mas, levando em conta a tendência geral do partido, poderia ser ainda melhor.

O mesmo pode ser dito em termos de uma avaliação política dos resultados da campanha. O fundamental foi que, contra todas as pressões do "voto

útil", o PT manteve sua independência de classe, reafirmou sua linha de oposição à transição controlada pela burguesia, manteve sua ligação com as lutas populares e reforçou-as, defendeu suas propostas políticas básicas. Mas podemos identificar na linha de campanha do partido três tipos de problemas, que a deixaram desequilibrada, e que tanto contribuíram para possivelmente limitar a votação do partido ou para reduzir os ganhos políticos.

O primeiro problema diz respeito à visão de qual seria o eixo da campanha: se os temas municipais ou as grandes questões políticas. Este tema foi objeto de debate no Encontro Político da Capital, e foi vitoriosa a linha de que se deveria priorizar as questões municipais (o que não implicava em deixar de lado as grandes questões nacionais, naturalmente; tampouco os que propunham a priorização das questões políticas nacionais queriam deixar de lado as questões municipais). No decorrer da campanha, foi se impondo o fato de que as questões nacionais neste primeiro ano da "Nova República" ganhavam mais peso, mas o partido não se preparava para isto adequadamente.

O segundo problema é em parte decorrência do primeiro, e diz respeito à dificuldade de o PT entrar para quebrar a polarização Jânio x Fernando Henrique. Para que isto fosse possível, era necessário que o PT mostrasse ser o adversário mais consequente e radical do janismo (utilizando amplamente o fato que Jânio era apoiado por figuras do governo que Fernando Henrique liderava: logo, Fernando Henrique representa uma linha de conciliação com o janismo), e ao mesmo tempo o adversário mais consequente do governo Montoro e de Fernando Henrique. Era preciso deixar claro que à polarização Jânio x FH, o PT contrapunha a idéia de que nem interessa vol-

João Machado Borges

tar ao passado, nem o presente como está, mas sim conquistar mudanças reais. Contra os dois candidatos da Aliança Democrática, o PT podia contrapor com mais ênfase os recuos na Reforma Agrária, na Constituinte, etc. Por outro lado, a dificuldade de combater às duas candidaturas burguesas principais foi maior no caso de Jânio: na prática, o PT combateu mais Fernando Henrique do que Jânio.

O uso da televisão

Mas o problema que provavelmente foi o maior enfrentado pelo PT na campanha diz respeito ao perfil apresentado pelo partido na televisão. A utilização deste veículo poderoso foi muito criativa, e tecnicamente bem feita — o que sem dúvida é importante, foi uma conquista. Mas predominou a preocupação de dar uma imagem descontrada do PT, em detrimento de uma maior politização e vinculação mais clara com as lutas operárias e populares. Com isto, o espaço reservado às lutas populares foi pequeno na televisão (houve maior vínculo nos panfletos escritos e no rádio), do mesmo modo que o espaço reservado a questões como a Constituinte. A abertura para a classe média (preocupação correta) levou a uma diluição do caráter de partido **dos Trabalhadores**. Mesmo Lula apareceu pouco.

Estes problemas tiveram como consequência uma certa dificuldade em mobilizar a militância do partido para a campanha. Em geral, todos se mobilizaram — mas de forma algo lenta, perdendo o partido um tempo precioso.

Para que não haja mal-entendido, devemos enfatizar: tratam-se de problemas de desequilíbrio na campanha, não de lacunas totais. Mas de um desequilíbrio que teve peso. A campanha do PT em São Paulo foi vitoriosa — mas poderíamos ter tido uma vitória maior, do ponto de vista eleitoral e do ponto de vista político.

A deserção de José Ibratim

José Ibrahim, fundador do PT, saiu do partido e foi para o PDT. Em 1982 foi candidato a deputado federal e trabalhou junto com Francisco de Souza, candidato a deputado estadual. Aqui, Chico se posiciona sobre a saída de Ibrahim.

"A história do movimento operário é feita de alegrias, de tristezas, de embate políticos, de confronto com a burguesia. Afinal, a nossa história é a história da luta de classes.

Faz parte da história do movimento operário brasileiro o início das lutas, há muitas décadas atrás, sob forte influência do anarquismo, depois do comunismo, e com rupturas chegamos às grandes greves de 1978. A partir delas surge o PT. Nessa jornada, muitas batalhas foram travadas, entre elas as greves de Osasco e Contagem em 1968, onde merece destaque a criação da comissão de fábrica da Cobrasma em

Osasco alguns anos antes. Isto foi um fato tão importante que a maioria das comissões de fábrica quando vão escrever seus estatutos tem sempre presente o estatuto da comissão da Cobrasma.

Naquela época surgiu uma liderança no movimento operário, que depois foi cassada, presa, torturada e banida do país. Estamos falando de José Ibrahim.

Os anos passaram, os trabalhadores, através de suas lutas, ampliaram alguns espaços democráticos, incluindo a anistia. Com isso José Ibrahim retorna ao Brasil, entra no processo de construção do PT e isto foi motivo de ale-

gria para o movimento operário. Porém, qual não foi nossa surpresa e indignação ao ver Zé Ibrahim sair do PT e, mais do que isso, apoiar o Sr. Aedmar de Barros, patrão da Lacta, e, mais ainda, como consequência da retirada do candidato do PDT, vir a apoiar o Sr. Fernando Henrique que representa os interesses da "Nova República" contra os trabalhadores.

Mas o certo é que a surpresa é superada pela indignação, e esta pela razão, pois, como afirmamos antes, esta é a história da classe operária, onde só permanecem até o fim os que tem clareza ideológica e querem fazer a revo-

lução. Como outros tantos, Zé Ibrahim pulou fora; diferente de outros o fez antes de conseguir iludir os trabalhadores e ter a sua confiança para uma representação política em nome do PT para depois sair para os braços da burguesia.

Nos fica a certeza: a estrela do PT sobre, a de José Ibrahim desce.

Nos fica também uma lição: não basta dirigir uma luta ou um período da história do movimento para garantir a firmeza e a continuidade de uma militância consequente com os ideais revolucionários do proletariado. É preciso muito mais".

Coração batendo forte, festa nas ruas

É o PT no governo de Fortaleza

Lançando-se já com uma representatividade construída em dois mandatos parlamentares, apoiando e apoiando-se em um ascenso das lutas populares, com uma presença forte na televisão e contando com a divisão PMDB/PFL, Maria Luiza conquista a maior vitória eleitoral de um partido de trabalhadores na história do país.

Célia de Souza

Em sua edição do dia 16 de novembro, baseado na "lógica" da política e das pesquisas eleitorais, o jornal **O Estado de São Paulo** trazia um perfil biográfico do "novo prefeito de Fortaleza", o peemedebista Paes de Andrade. Na manhã do dia seguinte, uma grande festa nas ruas desta capital desmentia o noticiário e confirmava o resultado das urnas que deu a vitória a Maria Luiza Fontenelle, a candidata do PT.

Após a surpresa, a nova prefeita transformou-se na principal sensação do momento. Não foram poucas as capas de revistas em que ela tomou conta com seu rosto bonito e um sorriso de derrubar corações. Dá-lhe entrevistas, e todo mundo passou a conhecer a deputada estadual que eleita pelo PMDB em 1978, com base em um amplo movimento popular desenvolvido no Ceará, transferiu-se de malas e bagagens para o PT há poucos meses.

Sempre do lado dos movimentos populares

Na verdade, em sua trajetória política Maria Luiza Fontenelle sempre esteve muito próxima de seu novo partido. No PMDB manteve uma postura de independência, formando uma corrente popular. Ainda em seu velho partido, defendeu a criação do Partido dos Trabalhadores, ajudando em filiações e com uma atuação conjunta. Ligada aos movimentos populares e movimento operário, de quem se colocou como representante no parlamento, Maria Luiza perdeu a conta das ameaças sofridas e dos momentos de violência que denunciou e enfrentou ao lado dos tra-



"Maria, uma força que nos alerta": o apelo campanha do PT

balhadores. Esteve presente em todos os congressos da CUT, ao lado de grevistas e acabou por romper definitivamente com o PMDB após a opção do partido pelo Colégio Eleitoral, em janeiro deste ano.

Agora, no dia 1º de janeiro, Maria Luiza assume a prefeitura de Fortaleza em clima de festa. Sequer a perspectiva de servir de vitraço para os coronéis derrotados nestas eleições, que possam vir a tentar uma desestabilização de sua administração, a assusta: "Os que tem medo da força do trabalhador pensarão duas vezes em estimular uma greve, por exemplo, no governo de uma prefeita que é a favor da greve", ela replica com tranquilidade.

Além do mais, se os trabalhadores municipais forem à greve, isto, segundo Maria Luiza, não deverá ser visto como um problema. "Uma greve não deve ser vista pela visão de uma deputada ou prefeita: ela é um direito do

trabalhador" diz a nova prefeita que acrescenta, "Nós queremos funcionários públicos conscientes em nossa administração".

Uma campanha de esquerda

Em sua campanha Maria Luiza se colocou radicalmente ao lado do movimento democrático, operário e popular e contra o governo da Nova República. Presente junto aos movimentos grevistas, abrindo para eles o horário gratuito do PT na televisão, acabou por conquistar o apoio decidido de bancários, motoristas e outras categorias. Apoiada em sua candidatura por várias correntes e organizações de esquerda como o PRC, MEP, Convergência Socialista e prestistas, a nova prefeita não se inibe e insiste em dizer que todas as correntes políticas que lutam pelo socialismo tiveram um importante papel em sua eleição.

Do ônus da eleição, falta ainda para o PT de Fortaleza saldar uma boa par-

te dos 500 milhões gastos em campanha e arrecadados com forrós, bingos, bônus e contribuições de trabalhadores melhor remunerados. Mas isto é o de menos. Vale mais o que a prefeita afirma: "Tivemos uma votação livre e não compramos a consciência do povo".

Na nova Prefeitura, ela vai encontrar uma bancada sem nenhum vereador petista. Isto não tem sido motivo de preocupação e nem de tentativas de coligações. O objetivo agora é acumular forças em cima de um projeto para a nova Prefeitura, mas segundo a prefeita, "não há porque fazer coligações. Nós preferimos atuar em cima de posturas".

Com isso Maria Luiza quer dizer que alguns vereadores já se prontificaram a trabalhar ao lado da prefeita do PT. Mas isso não serve de ilusão de que o PT possa formar uma bancada sua através de adesões ao partido. O que vai contar "será a prática política e não o discurso", assegura a prefeita.

Algumas propostas básicas para a administração de sua capital o PT já tem, como fruto das discussões do seminário "Fortaleza da gente", que norteou a campanha eleitoral. A consulta à população, entidades e movimentos para a indicação do secretariado municipal e de suas administrações regionais será um dos caminhos a ser assumido pelo PT a partir de 1º de janeiro. E é com este apoio e com a perspectiva de uma Prefeitura democrática, voltada para a maioria da população, que o Partido dos Trabalhadores, encabeçado por uma mulher lutadora, assume uma nova tarefa: a de viabilizar suas propostas governando uma das principais capitais do país.

Vitória

O PT bate o PDS e já ameaça o PMDB

Também em Vitória, o PT derrotou o PDS e ficou com o segundo lugar nestas eleições. Com 26,31% dos votos contra 24,66% do PDS, o partido é considerado por amplas parcelas da opinião pública como o grande vencedor. Afinal, o PMDB teve um resultado bem inferior ao alcançado em 82 e o PT foi o único que realmente cresceu no Estado. O PCB ficou com 1,01%, tendo pouco mais de mil votos e por último ficou o PSC, de extrema direita, com 0,3%.

O reflexo de muitas lutas

Apesar de diversas matérias, em alguns jornais de circulação nacional, terem atribuído o grande crescimento do PT Capixaba a uma política de alianças com setores do PFL, a realidade é bem diferente. O que na verdade acon-

teceu foi uma luta constante do partido nos últimos anos, nos sindicatos e nos movimentos de bairro, que possibilitaram este crescimento.

A base do PT, que durante os últimos três anos ocupou todos os espaços nestes movimentos enquanto os ativistas dos PMDB, PCB e PC do B brigavam pelos cargos no aparelho de estado, foi a grande responsável por esta vitória. Uma análise do resultado, urna por urna, mostra claramente que o partido foi vitorioso justamente nas regiões onde estão localizadas as associações de bairro dirigidas pelos ativistas do PT, jogando por terra qualquer argumentação contrária.

Outro aspecto foi o processo de radicalização que antecedeu às eleições. Os trabalhadores em empresas de ônibus realizaram uma greve de cinco dias, totalmente dirigida pela CUT, recebendo

um grande apoio do partido, com Vitor Buaiz e Kleber Frizerra, acompanhando as passeatas e estando presentes em diversas assembleias. Outro momento significativo para o crescimento da candidatura foi a campanha salarial da CST — Companhia Siderúrgica de Tubarão.

Com assembleias de 2 mil trabalhadores dirigidas por companheiros do PT, a campanha de Vitor e Kleber teve um grande avanço nesta área, com diversos metalúrgicos se incorporando no trabalho de mutirões e na boca de urna.

A luta pelo governo do estado

Para Kleber Frizerra, vice de Vitor, "a base petista exige o lançamento de candidatura própria para o governo do estado em 86". Analisando o resultado, Kleber afirma que este crescimento tem se refletido também no interior do estado. "Diversos companheiros do interior estão estruturando diretórios nos mais diferentes municípios, pois acreditam no potencial do PT."

As próprias declarações das direções do PMDB mostram que estão amedrontados como crescimento do Partido dos Trabalhadores. Alguns procu-



Kleber Frizerra e Vitor Buaiz

ram diretamente dirigentes petistas, propondo uma coligação, enquanto outros plantam notícias nos jornais, como se o interesse fosse do PT.

Já com uma avaliação marcada para o próximo dia 8 de dezembro, no Colégio do Carmo, o Diretório Municipal de Vitória já prepara a sua renovação que deverá acontecer até o final de fevereiro, dando uma nova dinâmica ao PT.

Minas Gerais

O PT se consolida como o principal partido de oposição à "Nova República"

Era de festa e de alegria o clima entre a massa de petistas que lotava a sede do Comitê Eleitoral do partido na noite do 15 de novembro quando começaram a ser anunciados os resultados das apurações. O cômputo final, divulgado já na madrugada, confirmava a vitória: o PT havia obtido 64.057 votos, uma ampliação do seu coeficiente eleitoral na capital em relação às últimas eleições (de 5,6 para 7,6%, semelhante ao que experimentou o PT em São Paulo). Essa votação lhe valeu o terceiro lugar, à frente da candidatura muito mais aparatada e rica de Carone, do PDT.

Sem dúvida, uma vitória política expressiva: o PT saiu fortalecido, com sua influência política aumentada e em condições de ter uma participação expressiva no cenário político mineiro.

Mais além do crescimento eleitoral, as candidaturas de Virgílio Guimarães e Sandra Starling trouxeram saldos políticos importantes para o partido. Em primeiro lugar, firmaram a imagem do PT como um partido que se opõe de maneira global e profunda à "Nova República": o PT em Minas agora aparece claramente aos olhos da população como um partido que se propõe a ser uma alternativa ao governo da Aliança Democrática. Um fato importante já que a atuação do principal porta-voz do partido no período anterior, o único deputado estadual, vinha sendo de diluição do perfil oposicionista do PT, de aproximação com o governo Hélio Garcia, chegando a promover inclusive um ato de homenagem ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Em segundo lugar, o PT durante a campanha aprofundou e ampliou a sua relação com as lutas dos trabalhadores, quebrando a tônica parlamentarista que vinha sendo imprimida antes ao partido. Cedendo programas de rádio e televisão para o uso dos grevistas (metalúrgicos, professores, carteiros, comerciários, marceneiros, etc), denunciando a repressão sofrida por estes movimentos, acompanhando e reforçando os piquetes, o PT se firmou como a referência política para estes setores. A presença de uma extensa camada de ativistas destes movimentos no trabalho de boca de urna e a própria distribuição da votação do partido (o PT obteve a maior votação exatamente na região de maior concentração operária e de trabalhadores) confirmam esta conquista promissora da campanha.

Um quadro eleitoral instável

A disputa pela prefeitura de Belo Horizonte foi marcada pela instabilidade e por grandes deslocamentos eleitorais.

No primeiro momento, o candidato do PFL, Maurício Campos, aparecia nas pesquisas com uma larga margem de preferência sobre o candidato do PMDB, Sergio Ferrara. A candidatura de Carone aparecia com uma boa presença (cerca de 17% das preferências), o PT com alguns pontos percentuais, de toda forma à frente do PCB.

Com a definição do candidato do

Uma vitória expressiva em uma campanha eleitoral que foi marcada por uma verdadeira corrida de obstáculos.

Juarez Guimarães

PMDB, o peso de toda a máquina do governo do estado e da prefeitura (o governador Hélio Garcia contraiu vultoso empréstimo no exterior às vésperas do período eleitoral) e o lançamento de uma bilionária candidatura publicitária explorando demagogicamente a figura de Tancredo Neves, o quadro eleitoral se inverteu em poucos dias. O candidato do PFL experimentou uma queda brutal (de 46% para 21%), junto com o do PDT; Ferrara alçou-se a uma sólida e definitiva posição majoritária, enquanto o PT e o PCB experi-

O resultado final mostra a hegemonia do PMDB (se bem que este partido teve 10% a menos de votos do que em 1982 na capital), o naufrágio do PFL e um corte nas aspirações da candidatura de Aureliano Chaves à presidência; o fracasso do populismo brizolista em estabelecer uma ponte segura em Minas; um certo crescimento do PCB e a afirmação do PT como o principal partido de oposição no estado.

A campanha do PT: uma corrida de obstáculos

A ausência de uma dinâmica de voto



Virgílio Guimarães



Sandra Starling



As greves, como a dos bancários, que agitaram Belo Horizonte nestes meses jogaram para cima a candidatura do PT

mentavam uma tendência inicial ao crescimento.

A fase final da campanha indicava uma tendência à erosão de votos do PMDB, uma estabilização da queda de Maurício Campos e Carone. O PT, favorecido por um grande número de greves, e o PCB, apoiado em uma campanha ideologicamente agressiva e de boa qualidade técnica na TV, apresentavam uma tendência clara de crescimento na reta final.

útil e a inexistência de uma candidatura burguesa com capacidade de atração sobre o movimento popular abriam um enorme potencial de crescimento para uma candidatura classista e combativa. Um crescimento potencial ainda maior e mais importante do que o conquistado pelo PT nestas eleições.

Esse potencial de crescimento não foi plenamente ocupado por força da verdadeira corrida de obstáculos que as candidaturas de Virgílio Guimarães e

Sandra Starling tiveram de enfrentar.

Em primeiro lugar, a saída do deputado Mares Guia do partido e o seu engajamento a pleno vapor na campanha do PMDB — ocupando inclusive um lugar de destaque nos programas de televisão deste partido — significaram um desgaste inegável para o PT.

Em segundo lugar, a candidatura do PT teve de enfrentar durante todo o tempo o escandaloso e inaceitável combate a ela dirigido pela executiva regional do partido e liderada pelo presidente do partido em Minas, o deputado Luis Dulci. Agressões permanentes nos jornais e na televisão; boicote à possibilidade de um programa de uma hora na televisão a que o PT tinha direito (oportunidade aliás muito bem usada pelo PMDB e PDT); omissão completa em qualquer apoio material ou político (a executiva estadual sequer contribuiu para o trabalho de boca de urna); convocação de uma convenção estadual do partido há um mês das eleições, cujo eixo central era justamente a proposta de expulsão da esquerda do PT.

Essa atitude da direção executiva estadual — é certo — desgastou, contribuiu de forma importante para que o PT não obtivesse um resultado ainda melhor do que aquele que alcançou.

Um novo momento na construção do PT

O período pós-eleitoral para o PT mineiro é vivido de forma contraditória: de um lado, o resultado eleitoral fortaleceu o partido, abrindo novas possibilidades de crescimento no estado; de outro, permanece ainda a polarização política do período anterior que dificulta a construção orgânica do partido e ameaça engolfá-lo em uma luta interna duradoura e desgastante. Pior ainda: a atual direção estadual do partido, eleita na convenção ilegal e ilegítima realizada em outubro, é estreita e não representa de maneira alguma as forças reais do partido. Nela só comparecem representantes da articulação "PT de massas" (hoje liderada pelo deputado Luis Dulci e que foi responsável pelo boicote a campanha do partido nestas eleições), estando ausentes representantes da articulação "PT na luta pelo socialismo" (majoritária na convenção municipal que elegeu os candidatos à prefeito), do grupo "Articulação" (liderada pelo médico Apolo Haeringer, o terceiro mais votado a deputado federal nas eleições de 1982), da corrente ligada ao jornal *O Trabalho*, além de figuras representativas e de grande significado na história do partido em Minas.

Não há dúvida que a construção do partido em Minas Gerais exige agora a realização de uma nova pré-convenção, democrática e unitária, que fixe diretrizes novas, que eleja uma direção representativa através do critério de proporcionalidade das chapas apresentadas em convenção. E que, principalmente, abra o caminho para o aprofundamento dos enormes ganhos políticos que o partido acumulou com a sua vitoriosa participação nesta eleição

Porto Alegre

“Agora, é consolidar o crescimento do PT”

“Começamos a colher os frutos do trabalho cinzento, invisível, de alguns anos junto aos movimentos sociais que agora assumem abertamente o partido e sua construção”, afirma Raul Pont, candidato a prefeito em um balanço da campanha do PT.



Após as eleições, o PT fez o “enterro” do PDS.

— O resultado para o PT em Porto Alegre confirmou a tática eleitoral aprovada na pré-convenção que também definiu as candidaturas?

Raul — Acho que fomos até mais longe do que esperávamos. É evidente que tínhamos certeza que o PT devia ter candidato próprio, ocupar o espaço político e aproveitar os meios de comunicação de massa para difundir nosso programa, nossas propostas.

Já que não conseguimos parceiros no campo popular — PSB, os PCs e correntes ditas socialistas dentro do PMDB e do PDT — apesar das propostas formais e por escrito que enviamos a estes setores, através de um pré-programa para a Prefeitura, só nos restava o caminho da candidatura própria. Aceitar uma coligação com o PDT somente nos levaria a amargar depois das eleições o espaço perdido como fazem hoje o PCB e outros setores e nos comprometermos com um governo que sabidamente não será popular.

— Por que você fala em “mais longe”, o PT não esperava os 11,3%?

Raul — É claro que dentro do partido havia companheiros muito otimistas. Mas, como já passávamos por 1982 e as atuais pesquisas sempre nos davam 6% e até menos da preferência do eleitorado, isso nos levava a ser cauteloso. Nas últimas três semanas, porém, começamos a ver que as pesquisas não refletiam a realidade. O crescimento da campanha, a aceitação das nossas propostas, o desempenho do PT no rádio e na televisão começaram a dar frutos e era impressionante, visível, a aceitação que o Partido tinha nas ruas. Na

campanha e nos primeiros dias pós 15 de novembro, tivemos em torno de mil filiações novas em Porto Alegre. E isso sem iniciarmos uma campanha de filiação explícita, programada. A maior parte foi espontânea. As pessoas procurando a sede do Partido.

— O que você quer dizer com o desempenho na TV? Qual foi a estratégia usada?

Raul — Nós sabíamos que dificilmente Collares perderia essa eleição. A Aliança Democrática por sua composição e os problemas internos do PMDB nas prévias que definiram a candidatura do deputado Carrion apontavam que o PMDB e seus aliados não teriam como enfrentar Collares. Centramos nossa crítica, portanto, na “Nova República”, nas promessas não cumpridas ou traídas e a impossibilidade de governo de uma frente onde estivessem liberais conservadores do PFL e os setores de esquema do PMDB e os PCs. Secundariamente, atacamos o populismo e a falta de princípios do PDT e suas inexplicáveis alianças com o PDS em Florianópolis e com a Frente Liberal em Curitiba. Também em segundo plano, mostrávamos toda a hipocrisia do discurso do PDS que tentava se desresponsabilizar pelos vinte e um anos de governo no Estado e em Porto Alegre.

O forte do PT, entretanto, foi ter entrado nas eleições com um programa concreto que respondia não só aos temas gerais e nacionais, mas mostrava como se pode democratizar uma prefeitura através dos Conselhos Populares como também medidas imediatas na área do transporte, da educação, da saúde, da alimentação. Rompemos

com a imagem do PT “do contra”, do PT “que só critica”, mas mostramos que existem questões que podem ser encaminhadas a curto prazo para melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e da maioria da população”.

— E a vitória sobre o PDS teve um significado especial?

Raul — Exatamente. Ganhar do PDS passou a ser um compromisso de honra do PT. E parte do eleitorado que votou em nós achou que entendeu isso. Derrotar o árbitro de 21 anos, o uso e o abuso da máquina do Estado e do município, do poder econômico que o PDS sempre representou no Estado teve um sabor especial. Esse Partido deve ter gasto em torno de dez bilhões ou mais na campanha e, mesmo assim, o PT fez mais de dez mil votos a mais que o PDS na capital. No dia do “enterro” simbólico que o PT promoveu desses métodos que o PDS sempre utilizou, foi impressionante o número de populares que engrossou o cortejo do caisão pelas ruas do centro de Porto Alegre. Foi uma festa supra-partidária. No último mês de campanha, as pessoas que nos procuravam ou com quem conversávamos nas lojas, fábricas, filas de ônibus, a expectativa era uma só: “Se vocês não ganharem, ao menos derrotem o PDS”, era a frase mais, mais ouvida.

— E a campanha como foi? o Partido “pegou junto”?

Raul — O PT saiu muito fortalecido da pré-convenção que definiu a tática e os candidatos pois foi um dos encontros mais politizados e numerosos que o PT já realizou em Porto Alegre. O nível das argumentações e o inequívoco resultado das votações garantiram que o partido saísse muito fortalecido. O assumimento na campanha, porém, foi desigual. Alguns setores que defendiam coligações, imediatamente assumiram a tática vencedora da Convenção. O fato do companheiro Clóvis Ilgenfritz ter assumido a candidatura a vice foi importante e exemplar nesse sentido, garantindo que o partido enfrentasse coeso as dificuldades da campanha. Outros setores, no entanto, com uma visão estreita e limitada do alcance dessa eleição e do significado do encaminhamento unitário de uma decisão partidária trabalharam pouco, mas, também ampliaram sua marginalização dentro do Partido. Felizmente no RGS o Partido já amadureceu e possui uma direção regional legitimada que impede desastres como o ocorrido no Rio de Janeiro. Neste caso, faltou inclusive, firmeza e ação por parte da Executiva Nacional para impedir que os parlamentares e suas áreas de influência largassem o PT para apoiar o candidato do PDT. Esse comportamento, ao meu ver, é inadmissível dentro do PT e deverá ser pauta da reunião do Diretório Nacional de dezembro.

No mais, fizemos uma campanha muito barata. O PT gastou pouco mais de um milhão de cruzeiros. É incontá-

vel, porém, o que houve de contribuição e trabalho voluntário das militantes e filiados. A vitória do PT em Porto Alegre pertence essencialmente a esse trabalho militante, principal responsável pela votação alcançada.

— E agora, como fica o PT? Quais os planos para o futuro?

Raul — Nosso crescimento não foi em Porto Alegre. No total do Estado fizemos 90 mil votos, quase o dobro do que fizemos em 1982 e agora o PT concorreu apenas em 9 cidades, com a capital. O crescimento do PT é enorme no Estado. Importantes dirigentes sindicais da cidade e do campo estão entrando no PT. Na área rural, onde o PT nunca teve muita força agora, pelo trabalho do Partido e por entrarmos na “grande” política nossa capacidade de atração cresceu. No movimento dos “Sem-Terra”, em diversos municípios pequenos o PT está sendo construído a partir dos próprios dirigentes sindicais rurais. Enfim, começamos a colher os frutos do trabalho cinzento, invisível, de alguns anos junto aos movimentos sociais e que agora assumem abertamente o Partido e sua construção.



Achamos que a grande tarefa do Partido nesse novo momento é consolidar e criar uma estrutura orgânica que sustente esse crescimento que tivemos. Hoje, o PT não tem estrutura orgânica — finanças, profissionais, imprensa, sedes etc... — para sustentar o crescimento que obteve e isso só será alcançado com a mais profunda democracia interna a participação de todos nas novas direções que estão sendo eleitas. O regimento Interno precisa incorporar a representação proporcional também nas Executivas. No plano das alianças, o PT deve ser ofensivo na construção de um polo de atração ao movimento popular e sindical. Precisamos arrastar os setores vacilantes ou que sempre estiveram a reboque dos partidos burgueses para uma consolidação de um bloco classista, operário-popular, que passe a ser uma alternativa aos liberais e ao populismo — agora travestido de social-democrata — para a construção da alternativa socialista para o país.

Porisso, o PT não deve entrar nessa discussão infundável se coliga ou não coliga que a grande imprensa está tentando armar. Precisamos fortalecer a projeto classista e de massas do PT e isso passa, imediatamente, pelo seu fortalecimento orgânico para que possamos capitalizar a vitória alcançada no dia 15 de novembro. Isso é o prioritário e não impede que trabalhem em comum com outras forças para antecipar o fim do governo Sarney e da continuidade da luta por uma Assembléia Constituinte exclusiva e democrática.

Nordeste

Um duro teste para o PT

Enfrentando debilidades profundas e estruturais em vários estados, o PT teve um desempenho eleitoral bastante diferenciado.

Júlio Tavares

As eleições foram um dos mais duros testes já enfrentados pelo PT no nordeste. Os seus resultados foram profundamente desiguais. Tivemos tanto a vitória histórica da conquista da prefeitura de Fortaleza, tratada em matéria específica nessa edição, como o resultado de Maceió, de apenas 0,8%. Isso sem falar no estranho caso de Natal. Em Natal os candidatos do PT foram definidos democraticamente em convenção. Hugo Manso, candidato a prefeito, participou de dois debates, saiu-se bem, as pesquisas realizadas após os mesmos indicaram isso. No entanto, o PT não pode concorrer as eleições, porque não tinha sido legalizado no estado.

Comparando os dados dos resultados eleitorais de 82 com os resultados últimos, podemos verificar que o PT avançou eleitoralmente em Recife e João Pessoa. Em Recife passamos de 0,37% dos votos, o que tinha significado, então, menos votos que o número dos filiados ao partido na região, para 1%. Isso apesar de todas as pressões, de todo a política de desgaste levada contra o PT por parte dos chamados dissidentes. Em João Pessoa, passamos de 0,92% para 3,4%. apesar de não ter o partido contado com todos os seus militantes na campanha.

Algumas conclusões gerais

O PT teve nessas eleições um dos momentos conjunturais mais importantes da sua existência. Em todos os estados nordestinos se abriram condições políticas propícias para o partido levar suas mensagens de independência de classe e de criação de uma alternativa popular ampla. E isso não aconteceu. As causas disso estão tanto nas debilidades estruturais do Partido como de suas direções. O PT praticamente

João Pessoa

Um crescimento importante

O PT teve um crescimento substancial em João Pessoa. Comparando os dados eleitorais de 82 com os atuais, verifica-se que se passou de 0,92% dos votos para 3,4%. Este crescimento não expressa, entretanto, as enormes potencialidades eleitorais que foram abertas ao partido nessas eleições. Vários erros de campanha, e principalmente enormes debilidades estruturais e políticas do partido e de sua direção são as causas principais disso.

O PT ainda se ressentem em João Pessoa de toda uma forma de estruturação e funcionamento partidário extremamente frágil, primário até. Até certo ponto, eles refletem claramente que ainda são poucas as raízes orgânicas que o partido mantém com o movimento social. Essa fragilidade nos laços com o movimento vivo não traz a



Um grande desafio para o PT: reforçar seus laços com o movimento popular

não tem raízes orgânicas estruturadas, como tal, no movimento social vivo. Seus filiados estão dispersos e os seus militantes atuam de forma dispersa, descoordenada com as direções do partido em cada estado, quase sempre.

Pontos de atuação

Avançar na construção do PT significa lançar o partido no movimento de massas, enraizá-lo no movimento social. Criar novas estruturas, ou oxigenar as existentes, para permitir, uma participação mais direta do conjunto da militância da formulações dos destinos do partido. Significa reestruturar ou criar novas direções. Direções que sejam antes de tudo capazes de dirigir todo um processo de renovação petis-

ta, integrando todos os segmentos internos, todas as correntes legítimas do partido.

Construir o PT hoje significa formular todo um programa de luta e de construção do partido em cada uma dessas regiões. Um programa de luta que exija, junto com o movimento de massas, as reivindicações populares mais sentidas em cada uma dessas capitais. Todas as promessas feitas pelos novos prefeitos, que sirvam aos interesses dos movimento de massas, aos setores explorados e oprimidos, devem ser cobrados. O PT deve ter como orientação que os seus militantes estejam nas linhas de frentes dessas lutas. Estas devem ser combinadas com as lutas mais gerais que fazem parte do programa nacional do partido.

fôrça, a energia das lutas dos amplos segmentos explorados e oprimidos para dentro do partido.

Essas debilidades permitem o surgimento de direções débeis, sem grandes referências no movimento de massa real e, portanto, com larga margem para discussões abstratas, para relacionamentos políticos internos eivados de subjetivismo.

Sem programa municipal

O PT deu início a sua campanha eleitoral com o seu diretório municipal esfacelado, portanto, sem uma direção política, sem o mínimo de planejamento e sem apresentar um programa que pudesse ser alternativo em relação aos partidos burgueses e suas frentes eleitorais na capital.

Paraíba

A CUT cresce

Entre os dias 22 e 24 de novembro em Campina Grande foi realizado o I Congresso da Central Única dos Trabalhadores do Paraíba.

Com a presença de 240 delegados, dos quais mais de 180 representando o trabalho no campo, foi eleita uma direção ampla, extremamente representativa. O seu presidente, Agamenon Vieira, é o atual presidente da AMPEP (Associação Municipal do Magistério Público do Estado da Paraíba) e advogado de vários sindicatos de trabalhadores em João Pessoa e em Campina Grande.

Em Tempo publica a seguir um depoimento exclusivo do novo presidente da CUT da Paraíba.

A Central Única dos Trabalhadores há um ano contava apenas com duas entidades. Com o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores, os mesmos trabalhadores entenderam que era necessário construir um poder dos trabalhadores e começaram a defender as propostas da CUT. Esse processo significou um enorme crescimento da CUT no meio rural. Ele se dá, não por acaso, a partir da greve dos canavieiros.

Na Paraíba, nós estamos entendendo que a CUT está se construindo a partir de uma base muito sólida, onde o seu ponto alto é o campo. Com os trabalhadores agrícolas e pequenos proprietários do sertão e os trabalhadores dos latifúndios no litoral, onde as usinas estão massacrando os trabalhadores, a CUT vive e avança.

Um programa de trabalho

Hoje existe todo um processo novo que é extremamente importante para o futuro das lutas sociais na Paraíba. Os trabalhadores que são expulsos do campo, ao chegarem às duas cidades grandes do estado, tão logo conseguem empregos, passam a procurar os sindicatos e, daí quase sempre surgem os novos grupos de oposição aos pelegos ou se reforçam os existentes. Surge com isso uma nova safra de ativistas em busca de um sindicato livre e democrático. Esse não é outro que a CUT.

Os planos que temos dizem respeito a construção do poder dos trabalhadores, que passa, no futuro próximo, pela constituição de CUT's regionais, no alto sertão, na região da Borborema (Campina Grande) e na região do brejo, zona de concentração de trabalhadores canavieiros. Vamos concretizar e avançar a CUT construindo suas bases reais. Para isso, uma das mais urgentes tarefas que temos é a constituição de um centro físico, com o aluguel de um local para a nossa sede. Um local que seja a casa dos trabalhadores.

Um dos objetivos bem presentes que temos é acompanhar, trabalhar, ajudar com todas as forças que tivermos, as oposições sindicais. É necessário impulsionar a luta contra os dirigentes pelegos, é necessário libertar os sindicatos desses parasitas. É essa luta que vai permitir reforçar a luta pela reforma agrária que sirva aos interesses das grandes massas camponesas.

Goiânia



Só a fraude impediu a vitória do PT

Fernando Pereira

Em Goiânia, o PT chegou ao seu melhor desempenho eleitoral em todo o Brasil, alcançando 40,2% dos votos válidos contra 45% dos votos dados ao candidato do PMDB. Com uma diferença de pouco mais de 11.000 votos, o candidato do governo, depois de comprovadas denúncias de fraude eleitoral - inclusive com fotos -, se fez vencedor das eleições numa capital onde o governador Iris Resende assegurava que venceria as eleições com 80% dos votos.

O que vimos é que o povo mostrou nas urnas o seu descontentamento com o governo populista de Iris Resende, demonstrou o fracasso que é a "Nova República" em Goiás e, acima de tudo, que o PT é visto como a única alternativa de oposição em Goiás.

Depois de uma campanha de pouco mais de dois meses em que faltaram desde os mínimos recursos materiais, o PT pulou dos modestos 2% iniciais para 40,2% dos votos - desmoralizando o Gallup - só não ganhando a prefeitura porque o esquema de fraudes, decidido no próprio palácio do governo e executado pelos seus principais auxiliares, mais uma vez se mostrou eficiente na terra dos Ludovicos (Oligarquia Goiana do PMDB que tinha o candidato a vice prefeito, famosa por fraudar eleições).

O professor Darci Accorsi, candidato do PT fala a EM TEMPO sobre as eleições.

— Quais foram os fatores que levaram o PT a ter este crescimento eleitoral?

Darci — Alguns fatores nos parecem fundamentais: primeiro uma postura de seriedade do PT não apenas diante da campanha eleitoral mas de todos os problemas enfrentados pela população de Goiânia e Goiás. O PT tem uma história de luta, uma história que lhe permite se impor na socie-

dade como uma proposta séria, competente e responsável. Neste sentido, a campanha eleitoral, a luta pelos votos foi consequência daquilo que o PT vem desenvolvendo no estado de Goiás a partir de apoio aos movimentos sociais, a luta pela organização dos trabalhadores, tentando fazer com que a classe trabalhadora se una em torno de seus próprios interesses. Isto deu credibilidade ao PT em termos de sucesso eleitoral.

Em segundo lugar, o PT encontrou uma população muito frustrada com um governo que muito prometeu e nada cumpriu, um governo que traiçou o povo. Outro fator importante é o nível de consciência da população goianiense, esta discussão da entrada na democracia possibilita à população debater e procurar soluções para os seus próprios problemas. O PT se transformou no canal de manifestação desta consciência da população.

O PT conseguiu canalizar os votos pela seriedade e competência bem como pelo desgaste que o PMDB sofre em Goiânia.

— Os últimos movimentos grevistas em Goiânia contribuíram com o crescimento de sua candidatura?

Darci — Evidente, o PT sempre esteve presente nos movimentos grevistas em Goiânia. Não é o próprio movimento grevista que provocou esta credibilidade na nossa candidatura e no PT, mas é a luta do PT nos movimentos de greve, na organização dos trabalhadores.

Os movimentos grevistas foram o estopim de toda uma situação de luta por parte do partido e o partido mesmo antes das eleições já estava sendo o canal de expressão do desejo da população e da sua organização.

— Qual o saldo que o PT retira deste crescimento?

Darci — O saldo não é automático. Nós tivemos um crescimento muito grande, e agora é necessário que a direção do partido saiba aproveitar este crescimento, criando canais organizativos para que este salto não apenas fique no ar. Que ele possa ser um fator de reorganização do partido em termos da fortificação dos núcleos de base, de gru-

pos de debate, grupos políticos, grupos de trabalho dentro do partido. Se a direção não tiver capacidade de canalizar este salto, eu desconfio que o PT possa não continuar este crescimento. Então, acho que aqui cabe uma grande missão à direção do partido, aos militantes que acreditam realmente na construção do partido, na busca de canalizar este crescimento em termos orgânicos do PT.

— O que levou o PT a acreditar na fraude nas eleições de Goiânia?

Darci — Uma série de fatos nos levaram a saber que em Goiânia houve fraude. A ameaça do Governador no momento em



Violação de urna: a fraude comprovada

que vencíamos as eleições, ameaçando a população e a justiça eleitoral, dizendo que o PMDB venceria esta eleição de qualquer jeito. A partir daí uma série de irregularidades começaram a aparecer. A suspensão da apuração dos boletins da 1ª Zona onde tínhamos uma grande vantagem sobre o candidato do governo; novas provas foram aparecendo, urnas abertas no meio da rua, pessoas que foram votar e já encontraram seus votos na urna, boletins falsos, sem as-

sinaturas dos presidentes de mesa, assinaturas adulteradas e uma má vontade de alguns juizes eleitorais com relação ao PT, inclusive na 2ª Zona eu fui ameaçado de expulsão pela polícia, com secretários e deputados do PMDB pressionando os juizes eleitorais, principalmente o da 1ª Zona.

— Como você acha que o PT deve tratar os oportunistas que buscarão, agora a sigla do PT visando as próximas eleições?

Darci — Acho que devemos continuar com nossa política de um partido aberto, arejado, de massas realmente. Isto cria alguns problemas para o partido com a vinda de oportunistas, o que já começa a acontecer. Cabe à direção do partido estabelecer critérios para barrar estes oportunistas, tendo claro que o controle do partido deve ser da sua militância, da sua direção. O problema maior não é estes oportunistas virem para o partido, mas a firmeza com que o partido deverá receber estes oportunistas. A nossa sigla hoje é muito "atraente" e temos que ter critérios para a admissão destes novos filiados.

— Como você avalia o crescimento eleitoral do PT a nível nacional?

Darci — Em primeiro lugar pela sua coerência, o PT em momento algum baixou a cabeça, perdeu a sua linha de atuação o que deu ao partido uma seriedade muito grande. O ano passado, quando todos os partidos se uniram para trair o povo, para legitimar o colégio eleitoral, para burlar a luta do povo, o PT se manteve firme e coerente. Naquele momento, os analistas políticos diziam que o PT seria uma força isolada na política brasileira.

Em segundo lugar, o fim da ditadura abriu alguns espaços de participação para o povo, aumentando a sua consciência. Há uma grande diferença entre o PT de 82 e o PT de 85. O PT hoje aprendeu a falar a linguagem do povo, a responder a vontade do povo. Ele não se coloca como um partido que está acima do povo, mas um partido que está na própria luta do povo e que hoje é a manifestação de uma nova consciência nacional.

Paraná

O PT sai fortalecido das eleições

Em Curitiba, o PT obteve nestas eleições 2,5% do total de votantes, um crescimento relativo mas importante em relação aos 0,8% obtidos na capital paranaense em 1982. O PT realizou uma campanha dirigida unitariamente e experimentou com ela uma dinamização importante de seus organismos.

Mas foi em Capanema, no interior paranaense, que a campanha do PT teve um impacto maior.

Ameaças de morte, uso indiscriminado da máquina administrativa, compra de votos, abuso do poder econômico, divulgação de injúrias, pressões sobre eleitores — a lista poderia ser bem mais extensa e dificilmente englobaria todos os métodos utilizados pelo PMDB para impedir a vitória do lavrador Pedro Tonelli, candidato do PT à prefeitura de Capanema, no sudoeste do Paraná a seiscentos quilômetros de Curitiba. Um município de trinta mil habitantes, Capanema tem dois terços de sua população vivendo no meio rural onde o candidato do PT, ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais tem um trabalho antigo e enraizado.

O grupo de Pedro Tonelli, ligado ao trabalho sindical e às comunidades eclesiais de base, sempre militou no PMDB. Em julho deste ano, na convenção do diretório do partido para escolha do candidato à prefeitura, o grupo tentou lançar a candidatura do sindicalista (ganhariam fácil pois tinham

900 dos 1.600 filiados do PMDB no município.)

Mas já naquele momento a pressão do poder econômico e dos interesses de classe falou mais alto e Tonelli foi derrotado através de expedientes como a queima de fichas de filiação, a anulação de votos, etc.

Rompidos com o partido oficial do governador paranaense, José Richa, o grupo criou o PT, filiando 250 eleitores em uma semana e lançou Pedro Tonelli como candidato a prefeito, com grandes possibilidades de vitória como atestava em reportagens o próprio jornal oficial do governo paranaense, o "Correio de Notícias".

A campanha do PT mobilizou o município: dezenas de reuniões foram realizadas no meio rural e nos bairros de periferia para determinar as prioridades que deveriam constar do programa de governo do partido.

Governos e bancos no rolo compressor

Nas últimas semanas de campanha, contudo, o "rolo compressor" começou a funcionar a todo vapor: o governador José Richa esteve duas vezes na cidade, uma das quais acompanhado pelo ministro dos Transportes, Afonso Camargo, anunciando o asfaltamento da rodovia que liga Capanema a Medianeira, uma velha aspiração da população local.

Deputados estaduais e federais, secretários e outras autoridades montaram acampamentos na cidade, usando toda a máquina para pressionar e intimidar eleitores, comprar votos, caluniar. O cabo eleitoral mais eficiente do PMDB foi o diretor da carteira de crédito rural do Banco do Brasil, Sebastião Rodrigues, deputado federal eleito pela região. Ele passou as duas primeiras semanas de novembro visitando todas as propriedades de agricultores que tinham financiamento com o BB e ameaçando cortar créditos de quem votasse no PT. A mesma estratégia foi usada pelo Banco do Estado do Paraná e Bamerindus.

A força do poder econômico agiu ainda de outras maneiras: foram cadastrados 500 chefes de família para trabalhar no asfaltamento da estrada anunciado pelo ministro. Os trabalhadores eram obrigados a deixar os títulos eleitorais e recebiam um aviso: só teriam trabalho efetivamente se o PMDB ganhasse.

No dia da eleição, o partido oficial gastou entre dois a três bilhões de cruzeiros. Só de gasolina foram 850 milhões; seis ônibus trazendo eleitores do Paraguai, pagando comida e os pró-

prios votos a preços que variavam de 200 a 500 mil.

As pressões se exerceram também de outras forças, como ameaças de morte a Pedro Tonelli — a própria polícia dizia que ele, se eleito, não assumiria. A estrada que dá acesso a sua casa foi fechada duas vezes.

Lições para o futuro

No final da apuração, o PMDB venceu por uma diferença de 1.300 votos, mas deixou grandes lições para os petistas do sudoeste paranaense. "Nós aprendemos muito sobre os métodos deste partido que confirma a cada dia estar mesmo do lado da burguesia. Vamos dar o troco na próxima eleição", promete o presidente do PT de Capanema.

Na semana seguinte a da eleição municipal, o PT já tinha comissões provisórias constituídas em outros três municípios da região e até o início de 86, promete Mantovani, o partido estará presente em 15, dos 20 municípios do sudoeste — uma das regiões de maior conflito social no Paraná, onde se concentra grande contingente de trabalhadores rurais sem terra e onde o PMDB sempre teve sua base mais forte.

O que indicam os resultados

Surpreendeu o fato de que o desgaste da Aliança Democrática tenha já se aprofundado tanto e também que as lutas sociais tivessem uma correspondência eleitoral tão clara.

EDUARDO ALBUQUERQUE

O resultado eleitoral confirmou várias tendências que EM TEMPO vinha apontando: desgaste da "NOVA REPÚBLICA" por incapacidade de realizar reformas sociais, principalmente dos seus governadores; ascenso das lutas dos trabalhadores, com a recusa do "pacto social"; tendência ao crescimento do PT. Mas devemos ser claros: o resultado nos surpreendeu totalmente. Não suspeitávamos que o PT pudesse ganhar as eleições em duas capitais, Fortaleza e Goiânia (esta fraudada), e multiplicar a votação por mais de três em quase todas (só não tiveram votos pelo menos três vezes maiores São Paulo, Belo Horizonte, onde o partido de qualquer maneira cresceu de maneira significativa, e Rio de Janeiro, Rio Branco e Campo Grande, onde sua votação chegou a cair).

O fato é que, se identificávamos uma tendência ao desgaste da Aliança Democrática, não avaliávamos que já fosse tão grande; do mesmo modo, não avaliávamos que o crescimento das lutas sociais teria uma correspondência eleitoral tão clara.

O PT foi, de longe, o partido que mais cresceu. Tornou-se um partido claramente nacional. Além dele, destacou-se o PDT (que aparece como sendo também uma alternativa à esquerda da AD — e é significativo que os piores resultados do PDT ocorreram justamente onde fez alianças mais pela direita), e foi marcante a vitória do PSB no Recife (este partido é na verdade uma sub-legenda à esquerda do PMDB).

A fragilidade da Aliança Democrática

Assim, vemos claramente que uma

parte dos setores sociais que haviam sido polarizados pela transição conservadora deslocou-se para a esquerda. Este fato é confirmado inclusive em São Paulo, onde ganhou a direita com Jânio, por duas razões: boa parte do voto neste candidato foi um voto contra Montoro, e não propriamente na direita; e o crescimento da votação de Jânio com relação à soma dos seus votos e dos de Reynaldo de Barros em 1982 foi muito pequeno.

As eleições deixaram clara a fragilidade do bloco governante, a pouca solidez dos apoios a "Nova República". Muitas das suas principais figuras foram derrotadas, começando por Sarney em São Luís e pelos chefes peemedebistas em São Paulo. O PFL não ganhou as eleições em nenhuma capital: apenas participou como sócio menor de algumas vitórias, como a de Jânio. O PMDB perdeu na maioria das principais capitais, e pior ainda para o seu futuro: passou a ser um partido que reconhecidamente fraudava eleições (em Goiânia, em Belém).

Por outro lado, as reações do governo diante dos resultados indicam que vai ainda mais para a direita: o espaço para alternativas à sua esquerda será aumentado. Os setores mais à esquerda do PMDB ficam numa situação muito pouco confortável. Mas, com a possível exceção de Jarbas Vasconcelos, que pode permanecer no PSB, não parece que estes setores estejam dispostos a deixar o PMDB.

Assim, o espaço à esquerda da Aliança Democrática será disputado fundamentalmente pelo PT e pelo PDT. A tendência é que nas próximas eleições a polarização principal se dê sempre entre

partidos da Aliança Democrática e o PT ou o PDT.

Uma mudança de fundo

As eleições evidenciam, por outro lado, uma mudança de fundo no movimento operário e popular. Enquanto o PT teve um crescimento significativo, espetacular, o PCB teve resultados muito fracos. Seu melhor desempenho foi em Belo Horizonte, onde teve quase 5% dos votos, mas ficando atrás do PT e do PDT. No Recife, onde é tradicionalmente forte, e onde lançou um dos seus principais nomes — o deputado federal Roberto Freire amargou 2,19% dos votos: depois de pregar muito o voto útil, o PCB foi uma vítima dele. Na maior parte dos lugares, o PCB apoiou a Aliança Democrática, não lançando candidatos próprios. E esta foi sempre a tática do PC do B. Basicamente, sumiu. O PCB e o PC do B participaram das derrotas do PMDB sem ganharem grandes coisas com as suas vitórias.

Podemos dizer que o PT sai no plano eleitoral qualitativamente mais forte do que o PCB ou o PC do B. Reproduziu-se, talvez em maior escala ainda, o que tem ocorrido no movimento sindical, onde a CUT tem avançado muito e a Conclat está cada vez mais na defensiva. Assim, apenas o PDT está se mostrando capaz de disputar com o PT a influência no movimento operário e popular (coisa que o PDT, como partido burguês populista, faz de fora — na verdade, este partido tem muito poucas bases organizadas no movimento).

Independência de classe

Os resultados eleitorais mostram a

correção da linha de afirmação do PT, de manutenção da independência de classe, que EM TEMPO defendeu. Hoje, quase todos no PT reconhecem que esta política foi correta; mas alguns meses atrás, muitos se opunham a ela, defendiam coligações de vários tipos.

Mais ainda, os resultados eleitorais se explicam fundamentalmente pelas posições políticas básicas que o PT tem assumido (de clara oposição à transição controlada pela burguesia e à Aliança Democrática, de defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores). A prova de que é esta coerência básica do partido que explica seu bom desempenho é dada pelo fato de que ele se saiu bem com campanhas bastante diversas.

Finalmente, uma consequência importante destas eleições é o fortalecimento dos setores mais à esquerda do PT. Em muitas das maiores capitais, os candidatos pertencem a estes setores e tiveram resultados excelentes. Em Fortaleza, o PT ganhou com uma das campanhas mais combativas. Os setores mais à direita do PT (como o deputado Luis Dulce) jogaram na derrota de campanhas mais à esquerda, como a de Belo Horizonte, e perderam. Assim, enquanto os setores mais à esquerda consolidam as suas posições, os setores mais à direita e mais sectários, tiveram seu espaço reduzido. Aumentam, portanto, as possibilidades de que o PT aumente sua coesão, com uma maior unidade de todos os setores que defendem uma posição clara de afirmação do partido, de independência de classe — o que abrirá o caminho para a formação de uma direção mais forte para o PT e para que seu crescimento prossiga.

Belém

Fraude não evita crescimento do PT

O PT multiplicou por dez os votos que obtivera em 1982 com as candidaturas de Humberto Cunha e Everardo Lopes. Apesar das fraudes mais escandalosas cometidas pelo PMDB.

Raul Reis



As eleições em Belém registraram pelo menos dois fatos de grande significado: o crescimento vertiginoso experimentado pelo PT, e a disposição do PMDB em compensar o desgaste sofrido pelo Governo Jäder Barbalho no Estado, utilizando-se da fraude pura e simples.

A campanha eleitoral do PT foi marcada pela constante denúncia da corrupção deslavada que é marca registrada da administração pública estadual, e que já ganhou as páginas dos noticiários nacionais com o chamado "caso Aurá", uma desapropriação irregular feita pelo governo estadual, na qual era super-valorizado o valor do terreno em questão. O proprietário havia sido um dos grandes patrocinadores da campanha peemedebista de 82.

Fraudes

Ciente do profundo desgaste que vem experimentando, principalmente em Belém, o PMDB paraense preparou-se para sair das urnas como um partido consagrado pelo eleitorado, nem que para

isso tivesse que fazer valer toda a experiência das raposas políticas do velho PSD.

Nesse "vale-tudo" eleitoral, o PMDB conseguiu bater a recorde em termos de fraudes: urnas sumiram do TRE por várias horas seguidas; outras foram apuradas e consideradas válidas mesmo que apresentassem 80 votos a mais do que o que constava na folha de votação; muitas urnas não foram sequer lacradas, ou se foram, o lacre foi retirado e substituído até por uma simples fita gomada; havia urnas em que as assinaturas constantes no lacre não eram as mesmas da ata etc.

A Justiça Eleitoral mostrou-se mais arbitrária e autoritária do que nunca. Basta dizer que fiscais do PT, por denunciarem as fraudes durante a apuração, chegaram a ser retirados das mesas apuradoras.

Todos os partidos que concorreram às eleições com exceção, evidentemente, do PMDB — entraram com recurso pedin-

do a anulação do pleito. Belém deverá ser a última capital brasileira a conhecer os resultados oficiais das eleições, já que um grande número de recursos apresentados ainda está por ser julgado.

Crescimento

A fraude eleitoral não conseguiu, porém, esconder crescimento do PT. Em 82, o partido obteve apenas pouco mais de 4 mil votos na capital. Este ano, concorrendo com as candidaturas de Humberto Cunha e Everardo Lopes, esse número multiplicou-se por dez.

Este crescimento pode ser facilmente explicado, como de resto em todo o País, pelo descontentamento popular com a "Nova República" e seus caciques e pelo aprofundamento da inserção do PT nos movimentos populares.

Resta agora aproveitar o resultados das urnas, fazendo com que ele reverta em termos organizativos, oxigenando as estruturas partidárias e preparando melhor o partido para a luta política cotidiana.

OS NÚMEROS DA VITÓRIA DO PT

Os quadros abaixo descrevem a votação do PT e dos principais partidos em 1985, nas eleições para as capitais, e fazem uma comparação com a votação do PT para vereadores das capitais em 1982.

O PT ganhou as eleições em duas capitais: Fortaleza e Goiânia, esta fraudada. Ficou em segundo lugar também em duas: Vitória e Aracaju. Ficou em terceiro lugar em seis: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Manaus, Porto Velho e Cuiabá.

PORCENTAGENS DOS PRINCIPAIS PARTIDOS EM 1985

CAPITAL	VOLANTES 82	VOTOS PT 82 e %		VOTANTES 85		PT	PMDB	PDT	PTB	PFL	PDS	PSB	PCB
		(votação para vereadores)	nas capitais										
RO — Porto Velho	48.834	402	0,82	53.010	4,62	54,14	2,10	0,61	31,50	1,56	—	—	
AC — Rio Branco	44.919	1.835	4,08	49.493	3,30	49,23	—	—	?	31,65	—	0,7	
AP — Macapá	—	—	—	49.580	4,17	49,43	16,19	—	19,15	7,76	—	—	
AM — Manaus	231.917	2.636	1,13	232.192	11,34	53,98	8,42	—	—	19,34	—	—	
PA — Belém *	374.274	4.957	1,32	353.973	8,70	44,13	2,83	4,41	13,57	10,28	—	—	
MA — São Luiz	149.954	2.907	1,94	176.648	1,36	11,5	16,5	—	30,4	34,5	—	—	
PI — Teresina	125.610	966	0,76	163.158	2,65	47,9	1,20	0,40	37,4	5,6	—	—	
CE — Fortaleza	480.420	4.738	0,99	492.802	32,44	30,12	0,75	5,52	24,62	—	—	—	
RN — Natal	155.003	1.490	0,96	188.404	—	51,95	1,44	0,66	—	43,62	—	—	
PB — João Pessoa	114.428	1.064	0,93	129.598	3,41	46,91	0,28	38,88	—	—	—	—	
PE — Recife	430.292	1.635	0,30	451.781	1,04	27,79	22,06	—	—	—	33,19	2,19	
AL — Maceió	124.887	—	—	144.941	0,69	38,76	16,47	1,39	35,57	—	—	0,75	
SE — Aracaju	109.368	955	0,88	128.929	15,43	66,68	—	—	—	11,77	—	—	
BA — Salvador	542.469	10.155	1,87	581.872	5,13	56,41	—	16,52	11,61	—	—	—	
ES — Vitória	103.670	1.855	1,79	107.511	26,31	42,44	—	—	—	24,66	—	1,01	
RJ — Rio de Janeiro	2.599.813	88.088	3,39	2.699.139	0,98	8,57	39,26	1,74	17,13	0,79	6,97	—	
MG — Belo Horizonte	796.794	45.217	5,67	842.928	7,60	52,57	5,14	0,51	20,22	0,32	—	4,90	
SP — São Paulo	3.980.664	510.651	12,82	4.190.041	19,75	34,16	—	37,53	—	—	—	—	
PR — Curitiba	482.398	4.653	0,96	519.130	2,74	43,71	40,08	2,02	—	4,66	—	—	
SC — Florianópolis	102.419	955	0,93	116.145	3,28	46,98	—	0,74	7,66	34,98	—	2,52	
RS — Porto Alegre	571.403	18.864	3,30	602.935	11,35	28,73	42,71	1,25	—	9,58	—	—	
GO — Goiânia * *	233.367	2.465	1,06	243.009	40,24	45,12	1,49	—	2,99	2,70	—	—	
MT — Cuiabá	75.490	193	0,26	84.012	2,68	60,38	—	—	—	33,52	—	—	
MS — Campo Grande	114.219	1.532	1,34	124.752	0,84	50,95	9,99	0,51	30,57	—	—	2,58	

* resultados extra-oficiais e parciais

** resultados oficiais, que caracterizaram fraude contra o PT

Votação do PT nas capitais, em 1985, por ordem de número de votos

1 — São Paulo.....	827.563	13 — Recife.....	4.714
2 — Fortaleza.....	159.846	14 — João Pessoa.....	4.419
3 — Goiânia.....	97.797	15 — Teresina.....	4.332
4 — Porto Alegre.....	68.429	16 — Florianópolis.....	3.805
5 — Belo Horizonte.....	64.057	17 — Porto Velho.....	2.449
6 — Belém.....	30.807 *	18 — São Luís.....	2.397
7 — Salvador.....	29.857	19 — Cuiabá.....	2.254
8 — Vitória.....	28.287	20 — Macapá.....	2.069
9 — Rio de Janeiro.....	26.432	21 — Rio Branco.....	1.630
10 — Manaus.....	26.337	22 — Campo Grande.....	1.057
11 — Aracaju.....	19.898	23 — Maceió.....	995
12 — Curitiba.....	14.249		

* resultado extra-oficial e parcial

Votação do PT nas capitais, em 1985, por ordem de porcentagem

1 — Goiânia.....	40,24	13 — João Pessoa.....	3,41
2 — Fortaleza.....	32,44	14 — Rio Branco.....	3,30
3 — Vitória.....	26,31	15 — Florianópolis.....	3,28
4 — São Paulo.....	19,75	16 — Curitiba.....	2,74
5 — Aracaju.....	15,43	17 — Cuiabá.....	2,68
6 — Porto Alegre.....	11,35	18 — Teresina.....	2,65
7 — Manaus.....	11,34	19 — São Luís.....	1,36
8 — Belém.....	8,70	20 — Recife.....	1,04
9 — Belo Horizonte.....	7,60	21 — Rio de Janeiro.....	0,98
10 — Salvador.....	5,13	22 — Campo Grande.....	0,84
11 — Porto Velho.....	4,62	23 — Maceió.....	0,69
12 — Macapá.....	4,17		

O balanço de duas derrotas

No Rio de Janeiro e no Recife, o partido sofreu dissidências importantes e obteve cerca de 1% dos votos.

Apresentamos aqui o balanço destas campanhas através de um artigo do companheiro Joaquim Soriano, membro da executiva do PT carioca, e Bruno Maranhão, candidato do PT à prefeitura do Recife.

Rio de Janeiro

O partido vive em crise desde 1982

O balanço das eleições para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro deve começar dizendo que o governador Brizola, no plebiscito a que estava submetido, foi vitorioso. O PDT jogou pesado, perdendo inclusive o único senador e fazendo-o prefeito. É bom lembrar que o suplente de Saturnino Braga, Jamil Hadad, filiou-se ao PSB.

A campanha no Rio girou em torno da polarização entre os que apoiavam a Aliança Democrática e os que apoiavam o governo estadual. No campo dos favoráveis ao governo federal, o desempenho foi um desastre. O PMDB dirigido pelos chaguistas e o MR-8, com a candidatura Jorge Leite, não conseguiu aparecer identificado com a "Nova República". Apareceu sim, identificado com os governos estaduais do sr. Chagas Freitas.

A coligação PSB-PCB-PCdoB, com Marcelo Cerqueira e João Saldanha, atingiu 8%, um bom desempenho. Podemos dizer que, num certo sentido, ocupou um espaço político que foi do PT a nível nacional. O primeiro momento desta campanha foi ruim. Uma identificação profunda com a "Nova República" que não a destacava em nada. No miolo da campanha, no entanto, Marcelo Cerqueira apresentou uma nova polarização: as candidaturas conservadoras e as candidaturas progressistas. Cresceu fazendo propaganda do socialismo e do passado de lutas contra a ditadura militar. Vale a pena destacar que esta candidatura veio basicamente de setores que queriam uma candidatura não chaguista no PMDB e que só foi lançada no último prazo. Significou, portanto, uma ruptura orgânica com um partido burguês e uma aliança de forças operárias e populares. A nossa expectativa é que estes setores compreendam que é no rumo da ruptura com a Aliança Democrática e na afirmação de uma política independente que se dá consequência a um projeto socialista.

A candidatura do PT

O resultado eleitoral do PT foi muito ruim. Uma derrota importante. O PT com Wilson Farias e Miriam Límoeiro fez cerca de 1% dos votos.

O balanço que está sendo feito não pode começar em 85. É preciso ir mais longe e lembrar que desde 82 o PT vive uma certa crise de direção. A não integração dos parlamentares eleitos na vida partidária e a não constituição de uma hegemonia política no interior do

partido são problemas que nos acompanham há muito tempo. Esta situação gerou uma dinâmica "frentista" no PT do Rio que valoriza os acordos entre as diversas correntes internas em detrimento da valorização das instâncias partidárias. Romper esta dinâmica, na nossa opinião, é uma das principais tarefas que temos pela frente.

Vale recordar que a tática eleitoral de lançar candidato próprio foi aprovada por mais de 80% da Convenção Municipal e que o companheiro Wilson foi o único nome lançado e teve o apoio de quase todos os delegados a esta mesma Convenção. Os deputados Liszt e Lucia Arruda defenderam outra tática eleitoral, de coligação, mas não diziam exatamente com quem nem como. Perderam e posteriormente defenderam publicamente, inclusive nos materiais de campanha, a candidatura Saturnino-Jô.

Com o partido dividido, sem o apoio necessário da Executiva Nacional, lançando a candidatura muito tarde (agosto), sem um debate interno e intenso por dentro das estruturas partidárias que revigorasse e animasse os petistas, entramos no desafio eleitoral em péssimas condições.

A campanha

A campanha não mobilizou muitos dos apoiadores da própria candidatura. Nos encaminhamentos cometemos uma série de erros. Erros que demonstram a insuficiência de direção política. A nossa campanha não marcou. Não apresentamos uma marca petista que expressasse politicamente a nossa alternativa, a única que podia romper com a falsa questão: escolher entre o apoio ao governo federal ou ao governo estadual.

O balanço que o PT no Rio faz desta experiência deve ser um momento importante para a sua recomposição política e orgânica. Neste processo quem tem mais autoridade para falar e muito para contribuir é o contingente de militantes que se organizaram em comitês e, apesar das enormes dificuldades, levaram a campanha até o fim.

O resultado nacional do PT demonstrou que temos um espaço, que somos um partido de massas. Demonstra para nós do Rio que além de existir o espaço ele precisa ser ocupado. É preciso lutar para conquistá-lo. É preciso fortalecer o PT no Rio, nos aproximarmos desta dinâmica nacional.



RECIFE

"Foi correto o PT lançar candidaturas próprias"

"Foi correto termos candidaturas próprias. Antes de lançarmos essas candidaturas, procuramos fazer alianças eleitorais com o PDT e com Jarbas Vasconcelos, tendo dois pontos básicos que eram manter a independência do PT e não fazer a defesa da "Nova República". Essas alianças não foram possíveis. O PDT queria apenas o nosso apoio eleitoral. Jarbas, dois dias após ter feito uma discussão conosco, fez uma ampla defesa do governo Sarney, em um debate público, passando, desde então, a defender esse governo e a fazer autocrítica de sua posição de não ter ido ao Colégio Eleitoral. Foi tendo como base essa realidade que a executiva do PT resolveu defender candidaturas próprias.

"Vivemos então uma situação singular. Pessoas que tinham se afastado há vários meses do Partido e que estavam apoiando a articulação jarbista, vieram à nossa convenção para conseguir o apoio do nosso partido a essa articulação. A convenção correu democraticamente. Como tínhamos maioria da mesma, essas pessoas se retiraram na hora da votação, argumentando que não queriam se comprometer com os seus resultados, para posteriormente ficar com o direito de livre escolha. Uma parte dessas pessoas ficou com o partido, mas a grande maioria já estava comprometida com a candidatura de Jarbas Vasconcelos.

Grandes dificuldades

"Começamos nossa campanha não apenas muito debilitados, mas também sofrendo um desgaste muito grande por parte dos meios de comunicação, como a Rede Globo, que nunca nos davam espaço, que apresentavam esse pessoal como nossos "dissidentes". A candidatura de Jarbas foi apresentada desde o início como tendo uma base em uma articulação muito ampla, que integrava inclusive "petistas dissidentes".

"A candidatura de Jarbas, tanto como a de Sergio Murilo, era de apoio ao governo de Sarney, à "Nova República". Fernando Lyra, Ministro da Justiça, foi um dos seus principais sustentáculos. É verdade que ela foi respaldada por uma aliança eleitoral forte, que tinha muito dinheiro, o que lhe possibilitou uma campanha milionária. Um dos partidos dessa aliança foi o PTB do senhor Jânio Quadros, que todos conhecem muito bem e sabem o que significa. Essa candidatura usou a televisão e todos os meios que tinha ao seu alcance para desenvolver uma campanha com métodos que lembram o fascismo, acusando o candidato da Aliança Democrática de assassino, tentando atacar a sua honra pessoal. Esse tipo de campanha tinha sido utilizada aqui em Pernambuco pela direita na eleição anterior, atacando a honra pessoal de Marcos Freire, candidato ao governo pelo PMDB. Isso não é correto. Isso não pode ser aceito pelas esquerdas. E, as esquerdas que apoiaram Jarbas nada falaram contra isso. Renunciaram suas caras ideológicas e aceitaram esse nível de campanha.

Os saldos da campanha

"O nosso maior saldo foi termos levado a nossa proposta a todos os locais possíveis, através da televisão, rádio, jornais, comícios em bairros populares, fábricas etc. Com isso aumentamos nossa influência, conseguimos novos companheiros. Companheiros esses, em sua grande maioria muito jovens, que enfrentaram as grandes máquinas eleitorais da Aliança Democrática, de Jarbas e do PDT, fazendo boca de urna, acompanhando a fiscalização da contagem de votos, combatendo e defendendo o PT, sua proposta, sua integridade política e ideológica. Sabemos que vivemos aqui no estado uma situação difícil. Com esses companheiros vamos superá-la, com trabalho, com confiança no partido e no seu futuro."

Denúncia

O programa agrário de sinhozinho Malta

Isaac Akcelrud

A burguesia latifundiária foi amplamente vitoriosa na legislação agrária recém-decretada pelo seu delegado e representante no cume do poder estatal, o grande proprietário de terras José Sarney. Isto é o consenso, pois todo o mundo viu e entendeu. Menos conhecidos são o programa e a fundamentação em que se expõe e explica a política do latifúndio e seus objetivos.

O documento circula em edição reduzida (só para o público interno) sob o título de "Contribuição das Entidades de Classe Representativas do Empresariado Rural ao 1º Plano Nacional de Reforma Agrária — Agosto/1985". É um documento da luta de classes no Brasil. Nessa qualidade, merece estudo e atenção reservados aos fatos políticos relevantes.

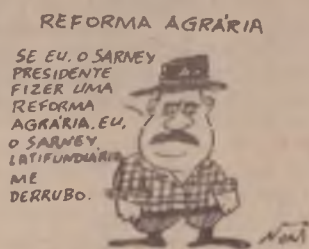
O latifúndio declara solenemente que mudou, evoluiu. Reivindica os direitos de coluna mestra do capitalismo no país. Rejeita, portanto, todas as arengas contra a grande propriedade rural ociosa a pretexto de implantação do capitalismo no campo.

Advoga o princípio segundo o qual o latifúndio é a espinha dorsal do capitalismo não só no campo, mas em todo o país. "Cabe desde logo assinalar que se supõe uma sociedade estruturada sobre o princípio da economia de mercado e da propriedade individual dos fatores de produção". Na lógica do latifúndio, "seria admitir a completa falência do regime político e da ideologia neo-liberal professada por este país, aceitar a tese de que a estrutura agrária brasileira não se ajustou ao longo do tempo para cumprir a parcela que lhe cabe, etc., etc., etc..."

Dessas premissas, os teóricos do latifúndio tiram uma primeira e decisiva conclusão: "A realidade brasileira, inclusive a existência de terras ociosas ou escassamente aproveitadas — é um modelo de coerência". Terra ociosa não é problema estrutural, apenas "excessiva disponibilidade em relação à demanda gerada pelo mercado". O economês é de estarrecer pelo cinismo. Mas a tese política é rigorosamente correta e vale como confissão de culpa. O quadro atual — miséria e fome, violência impune, êxodo rural — é perfeitamente coerente e harmônico com o latifúndio engrenado no capitalismo. Atacar o latifúndio é balan-

çar o coreto do capital. Não há como discordar. Os camponeses jamais receberão a terra da burguesia.

O documento trombetaia uma nova descoberta da ciência econômica: "o poder de competição da agricultura passou a subordinar-se à sua capacidade de criar unidades de produção maiores e mais capitalizadas". O estilo é arrevesado, pois não podem falar claro. Mas dá para entender o que opõem à reforma agrária:



1 — "unidades de produção maiores", quer dizer que o latifúndio deve crescer, evitando-se desapropriações, tal como decretou Sarney.

2 — "mais capitalizadas", quer dizer a terra é para o capitalista e não para quem a trabalha.

Em consequência, os empresários rurais, que incluem os grandes bancos e as multinacionais, declaram que "as reformas de caráter fundiário serão encaminhadas não mais apenas com intenção de dar terra a quem trabalha mas a quem produza". O discurso austero esconde a safadeza de classe. Contrabandeia uma distinção maliciosa entre "trabalhar" e "produzir". O camponês "trabalha". O parasita latifundiário "produz". Jogo maroto de palavras para o "lançamento dos alicerces numa sociedade rural forte", âncora social da ditadura policial-militar aberta ou disfarçada.

Complexo agro-industrial

A base material desse programa é o chamado complexo agro-industrial. Chegamos ao cerne da proposta. É no complexo agro-

industrial que está a salvação da lavoura e da própria pátria. "Não existe caos fundiário no Brasil", mas "uma relativa coerência entre a estrutura da posse e uso da terra com o modelo econômico e social implantado no país". É desse ângulo que se avalia o "fator terra" na agricultura "moderna". No passado, se considerava a atividade agrícola "isoladamente", vendo apenas o "proprietário e/ou a propriedade". Isto já era. De agora em diante, cabe encarar o complexo agro-industrial, "como se todas as empresas que vivem da e para a agricultura fossem uma só". Tanto é assim que se formaram e funcionam "importantes e dinâmicos polos urbanos no interior do Brasil, como Ribeirão Preto, Londrina, Pelotas, Campos..."

Isolado artificialmente, informa o documento, o setor agrícola chega apenas a 12% da renda interna. No contexto do complexo agro-industrial dispara para a altura de 35% a 40% — parcela das mais importantes, senão a mais importante da economia nacional. Esta visão torna o fator terra irrelevante na composição dos custos de produção — apenas 4%. A conclusão triunfal é que não se aumenta a renda do setor distribuindo terra, mas canalizando mais recursos em direção do "empresário rural", pois "é ele que, no fim das contas, decide sobre o que, quanto, como e onde produzir".

O que sobra para o camponês

O latifundiário se transfigura, nessa projeção narcisista, em regente da orquestra na qual "convivem de maneira interdependente uma infinidade de empresas agro-industriais, industriais, comerciais, prestadoras de serviços e obviamente rurais". Sob sua batuta, uma "atuação integrada" que estabelecerá o nível de emprego e renda "tanto da empresa rural — campo — quanto nos centros urbanos regionais polarizados localizados no interior do país e mesmo nas regiões metropolitanas". O "empresário rural" reivindica energicamente seu quinhão como classe dominante nos seguintes pontos programáticos:

1 — Transformar o complexo agro-

industrial em setor líder, como ocorreu com a indústria automobilística na década de 50.

2 — Criar uma classe média nos polos urbanos do interior com poder aquisitivo comparável ao da classe média das regiões metropolitanas.

3 — Modernizar e democratizar o capital das empresas que atuam no complexo agro-industrial.

4 — Plano de emergência para os famintos sem terra e sem teto. Em relação com este último item programático e detalhado um "Programa Especial de Combate à Pobreza no Setor Agrícola" destinado aos sem terra ou com pouca terra. Serão distribuídos lotes apenas "nas áreas agrícolas impróprias para uma agricultura comercial intensiva com base na tecnologia moderna". Falando claro: ficam reservadas as terras ruins para os camponeses. Além disso, a produção seria limitada unicamente à "agricultura tradicional de subsistência, sem inversão do insumos dispendiosos". Falando francamente: camponês sem terra só tem direito ao refúgio e nem deve sonhar com sementes, adubos, máquinas. Isso se chama de "tecnologia poupadora de capital e intensiva de mão-de-obra". É um plano de escravidão perpétua dos trabalhadores rurais para preservar o monopólio da terra para os capitalistas.

Com o mesmo critério, o programa do latifúndio preconiza o "aperfeiçoamento das relações trabalhistas no campo" a pretexto de atender às "peculiaridades do trabalho no campo". Querem, por exemplo, tornar viável ao empregador oferecer moradia ao empregado. Essa generosidade, como é sabido, cria uma dependência, pois a cabana do camponês, pertencendo ao latifundiário, passa a funcionar como instrumento do trabalho escravo. O principal está mesmo na exigência de "flexibilizar o horário de serviço de conformidade com o ritmo das safras, fixar regras para o trabalho esporádico de dependentes, etc.", além de tornar viável o trabalho autônomo, a empreitada rural. O latifúndio reclama o trabalho de sol a sol de toda a família do camponês, inclusive as crianças, os "dependentes". É a "flexibilidade" do programa agrário de Sinhozinho Malta.

Nem os dedos, nem os anéis

Finalmente, o documento insiste contra o projeto do Mirad/ Inca. O latifúndio não tolera a ideia da desapropriação, nem a título de perder o anel para salvar o dedo. Desapropriação, nem pensar. Arrancou-se até os dentes porque detectou o conteúdo revolucionário da luta pela terra, como contestação à propriedade capitalista. A mais tímida desapropriação é como puxar a ponta do fio de tricô — pode acabar desmanchando tudo. Por isto esmera-se em demonstrar que o PNRA contradiz Sarney e fere a Constituição outorgada pelos generais. Que lhes faça bom proveito. Fique com Sarney e a constituição que ele jurou. Nós queremos diretas-já e Constituinte autônoma, livre e soberana.

Alegam que o PNRA contradiz o programa do PMDB, no que estão absolutamente certos. O latifúndio proclama que os quatro ventos que o PMDB lhe pertencem esclarecimento é dispensável, como se nas eleições municipais. Da próxima vez, o voto dos sem terra somado ao de seus companheiros das fábricas mostrará o que está fervendo por este interior afora.

Mais um brutal assassinato

No dia 23 de outubro de 1985 às 19:30 foi barbaramente assassinado o companheiro Nativo da Natividade de Oliveira, membro do Conselho do Centro de Reflexão e Documentação, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde e destacado dirigente da CUT em Goiás. Nativo foi assassinado por um pistoleiro com cinco tiros à queima roupa, na porta do Sindicato, quando se encontrava no interior do carro esperando outros companheiros para uma reunião da entidade.

O velório e o enterro de Nativo foram tomados por muita emoção. O corpo foi velado por dois dias por mais de mil trabalhadores rurais e urbanos que se revezavam ao lado do caixão, clamando por justiça e acusando o governo por ser conivente com a violência do latifúndio e das grandes empresas rurais. Estiveram presentes represen-



tes de Brasília, Minas Gerais, Goiânia, vários sindicatos dos trabalhadores rurais do interior do Estado, representantes dos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo, da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, o presidente da CUT, Jair Mene-guelli.

Ainda não há suspeitos pela prática do crime mas como mandantes, a direção do sindicato acusa o prefeito de Carmo do Rio Verde, Roberto Pascoal Liegio, o advogado Geraldo Reis, presidente do Sindicato Rural (patronal) e procurador da Usina Agroalcool e o próprio presidente da destilataria, Anester Clemente da Silva. Esses indivíduos fizeram várias ameaças de morte contra Nativo, exatamente devido à sua postura de defensor ardoroso dos direitos dos trabalhadores, especialmente dos bóias-frias da região.

Agora é Adão Onofre, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que vem sendo ameaçado de morte: um grande fazendeiro da região e pai do prefeito ameaçou "matá-lo com as próprias mãos".

Campanha salarial unificada/São Paulo

A força nova que vem da união

A campanha salarial unificada mostrou ser uma rica experiência que merece um debate aprofundado. EM TEMPO ouviu três lideranças desta campanha.

Carlos Henrique Árabe



Martisalem Pontes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Plástica/SP

A CUT se implantou nas fábricas

que há muito tempo os trabalhadores já desenvolveram e só agora, em São Paulo, se colocou uma alternativa. A CUT conseguiu captar esse sentimento e, ao mesmo tempo, dar confiança a milhares de trabalhadores numa campanha de luta que unificava várias categorias. Assim, a nossa campanha tinha esse sentido, luta de classe e não só de categoria separadas.

— Que balanço se pode fazer da construção da CUT nesta campanha?

Martisalem — Durante a campanha unificada conseguimos um dos nossos objetivos que era o de implantar em definitivo a CUT dentro das fábricas. Hoje eu não tenho dúvida que, por exemplo, dentro da nossa categoria os trabalhadores reconhecem e respeitam a CUT. A CUT conseguiu

o maior avanço, desde a sua fundação, aqui em São Paulo.

— Uma das seqüências que se esperava da campanha unificada era o seu reflexo nas eleições municipais. Como você entende que isso ocorreu?

Martisalem — A campanha unificada, apesar de toda a mobilização que criou, não conseguiu alterar o ritmo das eleições. A gente teria que analisar muitos fatores para entender porque a influência de uma grande mobilização operária em São Paulo não foi mais decisiva sobre a eleição de prefeito. Há o peso do poder econômico dos candidatos da burguesia, o boicote e a deturpação que os meios de comunicação fizeram e até as concessões que a FIESP estava fazendo para evitar de qualquer jeito a gre-

ve. Mas acho que há um fator político para discutir que é o fato da greve ter criado um espaço político e que não foi ocupado como deveria pelo PT.

— Agora, depois da CSU, que perspectivas se apresentam para a continuidade desta alternativa colocada pela CUT?

Martisalem — O rumo aberto pela CSU tem de continuar; não há mais dúvida que as mudanças que os trabalhadores querem só vão ser conseguidas com a mobilização de toda a classe. Temos de avançar na implantação da CUT em todos os lugares e, é claro, em São Paulo, onde podemos crescer muito nas sub-regiões, horizontalmente, preparando com mais força nossas condições para dirigir a campanha unificada de 1986.

— Para os trabalhadores da base o que significou a campanha salarial unificada?

Martisalem — A campanha unificada veio dar uma outra perspectiva à luta dos trabalhadores. Sempre ouvimos, dentro das fábricas, que a luta tinha de ser de todos os operários não importando se eram de uma categoria ou de outra. Este é um sentimento

Francisco de Souza, da oposição metalúrgica e da direção estadual da CUT



A unidade pela base e pela força

— Como foi a participação da diretoria do Sindicato dos metalúrgicos no processo da campanha unificada?

Chico — Tem de ficar claro que a diretoria era contra a greve desde o princípio, devido aos seus compromissos com o governo e com o pacto social. Porém, a pressão das bases radicalizadas provocou uma cisão momentânea na diretoria e a assembleia do dia 31 decretou greve. Essa pressão se deu devido ao fato da CUT ter chamado a unidade na luta a partir da base, com centenas de milhares de panfletos, com assembleias e votação da greve nas portas das fábricas. Não havia condição da diretoria se posicionar na assembleia contra a greve, mas boicotou em seguida todos os encaminhamentos, traindo, inclusive seus aliados, sindicatos menores do Conclat, que tinham interesse no comando e na pauta unificada. O presidente e uma boa parte da diretoria se recusaram, até a assinar a pauta unificada. Não aceitaram a realização de uma assembleia unificada nem antes e nem durante a greve e se recusaram a parar fábricas de outras categorias que também tinham decretado greve, numa demonstração clara dos limites que eles queriam dar ao movimento. Isto vem deixar claro que a única forma de fazer unidade na luta é a partir de uma posição de força e demonstra também, como a própria imprensa publicou, que este ano a CUT aciou a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de S.P. Só por isso foi possível a greve unificada.

— Qual foi o papel jogado pela Oposição neste processo?

Chico — A posição Metalúrgica desde o primeiro momento entendeu a grandeza da proposta e da luta que se aproximava. Jogou todas as suas forças na preparação da campanha e da greve unificada e, na categoria que era mais decisiva para a campanha, conseguiu tornar um fato consumado

a unificação na base. Junto com isso se deu uma enorme inserção da CUT, um reconhecimento da importância da Central Única como garantia de luta, como força vigilante contra as traições dos pelegos.

Neste processo a Oposição conseguiu trazer à luta setores como a chamada coordenação dos metalúrgicos petistas que se colocam como de oposição à diretoria, e que vacilaram até às vésperas da greve. Mas que, finalmente, a assumiram.

Ficou claro que as teses do congresso da Oposição, de 1979, estavam corretas, que a criação da Central Única era fundamental e que sua implantação é uma tarefa de todos os militantes da Oposição metalúrgica de São Paulo.

— Que desdobramentos a Oposição coadjuvante a discutir a partir de agora?

Chico — Em primeiro lugar, a necessidade de fortalecer a direção da CUT, a nível nacional, estadual e principalmente regional. Ou seja, uma grande tarefa agora é criar uma direção forte na CUT da Grande S.P., é aprovar teses que permitam avançar na luta, é implantar as zonais ou sub-sedes da CUT em todas as regiões de grande concentração de trabalhadores, é formar direções regionais que consigam responder às lutas das respectivas regiões, é a luta pela conquista das comissões de fábrica e pela implantação da CUT na base, com no mínimo um conjunto de companheiros em cada fábrica, que implemente a preparação das campanhas do ano que vem.

Uma segunda tarefa é o congresso da Oposição, com delegados eleitos a partir das fábricas, que trace um plano para 86 e 87 tendo como objetivo a implantação da CUT, o encaminhamento das lutas, uma ampla campanha de sindicalização e a conquista do sindicato dos metalúrgicos de S.P. sem composição com pelegos, ou seja uma chapa sob a bandeira da CUT.

Francisco Zanetini, secretário-geral do sindicato dos Químicos de SP



Um confronto com caráter de classe

— Neste segundo semestre duas lutas chamaram a atenção por representar avanços na forma de organização: e campanha dos bancários, unificando uma categoria a nível nacional, e a campanha salarial unificada de São Paulo, unificando várias categorias. É possível uma combinação destas duas experiências neste próximo período?

Chiquinho — Inicialmente eu acho que é possível esta combinação. As duas formas tiveram sucesso por serem realizadas em um momento de ascenso notável do movimento. As duas também souberam utilizar a oportunidade do momento, ou seja, bancários com uma data-base única a nível nacional e as categorias que entraram na CSU com datas-base próximas em novembro, dezembro e janeiro. Numa experiência de unificação de uma categoria a nível nacional, eu acho que se consegue romper o isolamento dos locais mais fracos, com menor organização, fortalecendo a CUT dessa forma, multiplicando oposições sindicais. Mas o entendimento por parte da massa fica ainda muito preso à questão da luta econômica, pois não quebra de fato a divisão que o capital impõe aos trabalhadores. Na experiência da campanha salarial unificada o confronto assume no decorrer da luta um caráter mais amplo, de classe, na medida em que reforça a unidade dos trabalhadores, independente da categoria e obriga o setor patronal e o governo a deixar claro sua política econômica e suas tentativas de cooptação, de pacto social, porque tem de responder ao mesmo tempo a diversos setores da classe.

Essas experiências devem ser debatidas pelo movimento, servindo de referências para um momento em que esperamos que haja uma generalização das lutas em todo o país.

— O próximo ano tende a ver um movimento mais vigoroso nas reivindicações e, ao mesmo tempo, com mais embates políticos com a "Nova República". Como você analisa esta perspectiva do ponto de vista da politização do movimento?

Chiquinho — Acredito que o ano que entra será realmente de muitas lutas. O movimento acumulou forças e isto se expressa no crescimento da CUT, no avanço da consciência da classe. Por outro lado, o impasse da classe dominante continua pois o projeto da "Nova República" sofreu um desgaste considerável, tanto pelas lutas no campo econômico que impediram a aplicação do pacto social como pelo descrédito, que o resultado eleitoral mostrou, no campo institucional. Em termos de política econômica não se vê uma alteração nas relações com o FMI. Pagar a dívida externa é o compromisso, ou seja, inflação e arrocho continuam.

No campo, a luta pela terra, no que tudo indica, não vai parar com a proposta de reforma agrária do Sarney. Temos de considerar também que a retomada do crescimento econômico, ainda que sem perspectiva de longa duração, proporciona uma confiança maior para os trabalhadores saírem a campo na luta.

O problema que se coloca, então, é dar suporte de direção a essa perspectiva, ou seja, a CUT e o PT discutirem a intervenção da classe para dar respostas a essa situação, sabendo combinar as lutas imediatas com a luta pela transformação da sociedade, sabendo entrar com clareza no processo institucional das eleições de 86 e da constituinte. O que, significa, então, apresentar um projeto político e econômico alternativo, de confronto com o projeto da burguesia, e que traga uma proposta de organização dos trabalhadores que sustente este programa.

Plenária Nacional da CUT

Um plano para uma campanha nacional dos trabalhadores

A plenária Nacional da CUT a ser realizada nos dias 13, 14 e 15 de dezembro terá um papel central para a luta dos trabalhadores brasileiros.

Américo Bernardes

Mais do que nas outras vezes em que se reuniram as instâncias intermediárias, esta plenária se instala em um ano particularmente privilegiado. Marcado por grandes lutas, por um avanço em termos de experiências de organização e mobilização dos trabalhadores, marcado por uma expressiva votação no PT nas eleições de 15 de novembro, o que demonstra a insatisfação das mais amplas massas com o governo da "Nova República", este ano se encerra colocando várias questões fundamentais para a direção mais combativa e consequente do movimento.

A trajetória em 1985: a explosão das greves

O ano de 1985 começou com uma derrota do movimento operário e popular: a derrota da campanha das diretas e a eleição de Tancredo e Sarney no Colégio Eleitoral. Neste momento, aumentaram significativamente as pressões sobre a CUT e o PT no sentido da aceitação do pacto social. É o grande momento da burguesia forçar a sua proposta de conciliação nacional.

Contudo, o movimento operário demonstrou claramente qual era a sua visão de mudanças. Instalada a "Nova República" em meio a um turbilhão de greves e mobilizações, ela se viu na tarefa de elaborar uma nova tática para lidar com o movimento operário. Já não era a truculência desvairada, mas sim uma repressão policial seletiva, a atuação também claramente definida do patronato nos limites legais, demitindo ativistas, forçando a quebra de direções etc.

Neste sentido, o primeiro semestre de 85, assistiu a cerca de 330 greves (o maior número já registrado na história recente). Mais do que vitórias (que exitaram, em menor escala do que em períodos anteriores de igual ou até mesmo menor mobilização), elas forçaram o movimento no sentido de elaborar novas táticas, avançar nas suas formas de luta. A principal questão colocada era a necessidade de globalização e unificação das lutas.

Vitórias da unificação

O segundo semestre apresentou passos importantíssimos nesta direção. O primeiro deles foi a greve nacional dos bancários, reunindo cerca de 700.000 grevistas em todo o País. A greve, preparada há vários meses, surpreendeu os patrões e o governo, que não contavam com este avanço. Com apenas dois dias de duração, teve um impacto central na conjuntura, reforçado inclusive pelo fato de que as campanhas eleitorais já estavam a pleno vapor, e o PT foi basicamente o único partido que prestou apoio irrestrito a esta greve.

A greve dos bancários constituiu-se, desta forma, num dos principais marcos no caminho da globalização das lutas. Contudo, manteve um dos problemas do período anterior: não politizou o movimento no sentido da oposição ao governo da Aliança

Democrática. Não se contrapôs abertamente a este governo.

O segundo passo na direção da unificação das lutas dos trabalhadores foi sem dúvida a Campanha Salarial Unificada em São Paulo. Esta iniciou-se com uma convocação da CUT e de vários sindicatos a ela ligados, além da Oposição Metalúrgica de São Paulo. Compreendendo as necessidades colocadas pela conjuntura, apontou-se no rumo da unificação de quase um milhão de trabalhadores em torno de três bandeiras: redução da jornada de trabalho, reajuste trimestral e reposição de salários.

apresentam uma característica de serem movimentos por sindicatos ou por grupos de sindicatos com determinada afinidade política (como foi o caso da campanha dos metalúrgicos em São Paulo, quando havia praticamente duas campanhas simultâneas, sem uma forma mais orgânica de coordenação), as duas campanhas citadas anteriormente (bancários e CSU) apresentam uma diferença fundamental. Mostram na prática o que é lutar pela frente única dos trabalhadores, o que é construir a unidade da luta. Forçando os pelegos e reformistas à ação, a partir da própria



No fundamental, a Campanha Salarial Unificada avançou principalmente entre metalúrgicos, químicos e plásticos, tendo repercussões também em outras categorias.

A greve conquistou vitórias importantes, como a redução da jornada de trabalho (de forma escalonada até um mínimo de 45 horas semanais), a garantia da conquista anterior já feita de antecipações e uma parcela de aumento real de salários. A campanha ainda apresentou alguns problemas na parte organizativa e de mobilização, que se inscrevem claramente na própria novidade do processo que se desenvolveu (basta dizer que a experiência "mais recente" de unificação de campanhas remonta a 63).

A experiência da frente única

Se as greves do primeiro semestre

bém pelos resultados do PT nas eleições.

O governo e a burguesia insistem em sua política de controle dos salários dos trabalhadores, em sua política de pagamento da dívida externa e de submissão ao FMI.

Portanto, é necessário avançar mais, partindo da realidade organizativa do movimento e das condições dadas pela conjuntura.

É necessário que a Plenária assuma a proposta de desencadear a nível nacional uma Campanha Nacional Unificada, que tenha como uma de suas bases principais as campanhas salariais do primeiro semestre (particularmente no Rio Grande do Sul e São Paulo) e a continuidade das lutas. Contudo, esta campanha não deve ser apenas um somatório das campanhas em curso, deve ser muito mais que isso. Trata-se de uma atividade coordenada a nível nacional e a CUT deve desempenhar o papel de tomar a iniciativa de desencadear este processo (compreendendo que a coordenação do mesmo poderá se dar por um fórum mais amplo que a própria CUT, na medida em que outras entidades aceitem participar).

A Campanha Nacional Unificada teria como seus eixos principais as reivindicações da Campanha Nacional da CUT (trimestral, 40 horas, salário desemprego e reforma agrária) ligando-se à luta contra o pagamento da dívida externa e o fim das ingerências do FMI, bem como ao processo da constituinte. Será um momento privilegiado de politização do movimento operário.

Uma proposta

Os passos principais desta campanha seriam:

1. Lançamento público da proposta pela CUT a nível nacional, convocando os sindicalistas ligados à CUT que têm campanha no período para a confecção de um manifesto-convocatória nacional feito a todo o movimento, tendo como eixo a proposta da campanha (com uma convocação explícita obviamente à Conclat).

2. A partir deste manifesto seria realizada uma reunião nacional dos dirigentes ligados à campanha, para discutir a pauta e as formas de coordenação, que se desdobrariam nos vários estados.

3. Ligar esta campanha aos atos e atividades contra a dívida externa e o FMI, além das atividades que estarão sendo desenvolvidas em relação à Constituinte.

4. Os processos terão um pique especial no período de abril e maio, devendo o movimento se preparar pois não pode ser descartada a possibilidade de haver um processo de greve geral colocado como necessidade para o avanço da luta.

É importante ter claro que a vitória deste processo lançará o movimento operário em um novo patamar, dando-lhe condições privilegiadas de atuação no processo constituinte.

Eleições dos Metalúrgicos de Porto Alegre É grande a expectativa na vitória da oposição

Por Antonio Carlos Porto Junior



A CHAPA 3, Oposição Metalúrgica, é apoiada pela CUT

De 2 a 6 de dezembro, ocorrem no Rio Grande do Sul aquelas que são, sem dúvida, as mais importantes eleições sindicais deste período. Trata-se da renovação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. É um dos maiores sindicatos do país e o principal bastião da Conclat no estado.

De um lado alinham-se o peleguismo tradicional, um pouco maquiado pelo gangsterismo, do MR-8, e, por fim, o velho PCB. Nesta tarefa, contam com o apoio do PCdoB que, para apoiar a Nova República, abandonou a Oposição Metalúrgica, apostando na divisão e lançando chapa própria. Do outro está o conjunto do movimento sindical classista. É a Oposição Metalúrgica — chapa 3, apoiada pela CUT.

Participando ativamente de todo o processo, o jornal EM TEMPO abre suas páginas para que falem os companheiros da oposição. Nesta edição ouvimos Jurandir Damin, candidato a presidente; Marilene Teixeira, secretária-geral; Efraim Correa da Silva, 1.º secretário e José Luis Stédile, 2.º tesoureiro.

No quadro atual, o que significa a eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre?

Jurandir — Bom, em primeiro lugar, a Oposição Metalúrgica — Chapa 3 — é um prolongamento da luta da oposição de 82. Os companheiros que articularam a formação da nossa chapa foram os que batalharam ativamente naquela época, ou como candidatos ou como ativistas que sustentavam o trabalho nas fábricas. Neste sentido, a chapa 3 é resultado de uma luta que vem se consolidando ao longo dos últimos anos no interior das principais fábricas. Isso fez com que este processo culminasse com a indicação de nomes de companheiros, a partir de reuniões e convenções por empresas. O coroamento disso, foi a convenção final, uma reunião aberta e democrática, coordenada pela CUT estadual que definiu o programa e os 24 nomes que comporiam a chapa.

Estas eleições têm uma importância política muito grande. Para o movimento sindical, a vitória da oposição metalúrgica vai significar a consolidação definitiva da CUT no Rio Grande do Sul pelo peso que este sindicato tem e pela extensão de sua base. Mas também porque formaremos então um bloco unido de cerca de cem mil metalúrgicos, da grande Porto Alegre ao Vale dos Sinos, o que significa um poder de pressão gigantesco. Tem muito minis-

tro e patrão perdendo o sono desde já por causa disso. Do ponto de vista mais geral, a vitória da Chapa 3 vai demonstrar a independência dos trabalhadores em relação aos patrões e seu governo.

Mas por que duas chapas que se dizem de oposição?

Marilene — Na verdade, não existem duas chapas de oposição. É só dar uma olhadinha nos programas. A 1 e a 2 dizem exatamente a mesma coisa, só que com uma linguagem diferente. Aliás, eles só não saíram juntos porque brigaram na divisão de cargos. As duas fazem questão de apoiar este governo que está aí.

— As outras chapas dizem que a Chapa 3 tem privilegiado a propaganda da CUT em detrimento dos interesses da categoria...

Marilene — Bom, prá começar, a CUT não está desvinculada das questões específicas da categoria, muito pelo contrário. Quando se fala em jornada de 40 horas se sabe perfeitamente que quem iniciou, quem a desencadeou a nível nacional foi a CUT. Quem colocou esta luta para o movimento e fez com que sindicatos mais atrasados assumissem foi a Central Única dos Trabalhadores. Neste sentido, vincular a jornada de 40 horas, a trimestralidade, a unificação da data-base com os companheiros do Vale dos Sinos, que são anseios indiscutíveis da nossa categoria com a construção da CUT, é algo totalmente natural, uma vez que estas são as bandeiras da CUT. Por isso, essa acusação é falsa, ela vem daqueles que não pretendem levá-las até o fim para não desagradar o Governo.

Stédile — Tanto é assim que cada vez mais fica claro que a briga é entre a chapa 1, que é a continuação do peleguismo, e a chapa 3, a Oposição Metalúrgica. O pessoal já começa a identificar a 1 e a 2 como a mesma laia. Isso apesar de todos terem copiado as reivindicações lançadas pela CUT. Acontece que nós temos a prática mais conseqüente de como levá-las a frente. O pessoal da fábrica sabe que só vai se conseguir isto com uma luta conjunta, com as categorias unidas e, principalmente, com o pessoal confiando no sindicato. Sem isso, é impossível se conseguir as 40 horas ou a trimestralidade. Por isso nós insistimos tanto na unificação dos metalúrgicos daqui, de Canoas, de S. Leopoldo e de N. Hamburgo. Isso nos trará muita força e será bem mais fácil garantir as nossas reivindicações. E tudo isso só será possível com a coordenação da CUT.

Como vocês estão aproveitando o período eleitoral para mexer com a estrutura sindical?

Jurandir — Entendo que devemos ter uma posição firme em relação ao desatrelamento do sindicalismo de Estado. Um sindicato livre, independente, com liberdade e autonomia em relação ao governo e aos partidos políticos é fundamental para garantir as conquistas dos trabalhadores deste país. Nós queremos um sindicato único por ramo de produção. Isto quer dizer que todo aquele que trabalhe em metalúrgica, será de sindicato dos metalúrgicos, independente de sua profissão: seja ele torneiro, motorista, frezador, desenhista ou mecânico, todos eles estarão em um mesmo grande sindicato. Assim, ao contrário de sindicatos por profissão ou fábrica, queremos é o sindicato por ramo de trabalho e por base territorial.

Efraim — Este é o caso do setor da reparação de veículos. Apesar de trabalhador ser igual em qualquer lugar, nós estamos sempre numa espécie de segundo plano. Muita gente tem nos procurado propondo que formássemos um sindicato próprio. Nós, que já somos antigos na categoria, temos procurado explicar que isto não é certo, que temos de continuar unidos com os companheiros da metalurgia. O que precisa é mudar a direção do sindicato pra que sejam atendidas nossas reivindicações, não é o caso de se criar outro sindicato. Precisamos é de um dissídio único, de uma diretoria realmente interessada e acompanhando o nosso setor.

— A partir do lançamento da chapa como é que evoluiu a campanha?

Marilene — Uma questão importante é que se amadureceu em termos de como se deve fazer uma campanha. As próprias lições do movimento sindical, o fato de já termos participado de outras campanhas, tanto concorrendo co-

mo apoiando (como em S. Leopoldo). Isso nos possibilitou grandes avanços, tanto internamente nas fábricas como externamente em termos de visual e comícios nas portas das empresas. Isso se reflete desde a composição da chapa até na condução do trabalho de propaganda. É uma chapa baseada nas comissões de salário e nas lideranças de fábrica. A Oposição já sai com isso consolidada, se articulando por reuniões por região e por locais de trabalho. Além disso, a presença constante de cartazes, de adesivos, broches e camisas fortalece a confiança dos companheiros de que se está fazendo um trabalho sério e forte, uma alternativa diária, permanente e visível. Tenho certeza que avançamos muito. É importante dizer que a diretoria, até agora, se recusa a encaminhar a resolução do nosso congresso que determina que seja formada uma comissão eleitoral com pessoas indicadas pelas chapas concorrentes e a abertura dos arquivos para que todos tenham acesso ao arquivo do sindicato.

— Como é que tem sido a porta de fábrica, a receptividade do pessoal?

Jurandir — Para dar um exemplo, veja o caso dos recentes processos de eleições de CIPAs. Na Taurus, um companheiro apoiador da Oposição Metalúrgica Chapa 3, ao se inscrever para a eleição, depois de muitas ameaças, foi demitido. Com uma forte pressão na porta da fábrica e com o apoio da assessoria jurídica, conseguimos reintegrá-lo e ele foi eleito com larga margem. E esta fábrica era antigamente uma das principais bases da situação. Na Albarus de Porto Alegre foi a mesma coisa, deu chapa 3 disparado. Na Zivi houve um fato curioso: apesar de um processo próprio e tradicional da fábrica, fortemente controlado pela empresa, a chapa que levava o número 3 ganhou frouxo.

Oposição vence pelego.

Os trabalhadores ferroviários da Central do Brasil comemoram com muita satisfação a extraordinária vitória da chapa 2 — do MUF — Movimento União dos Ferroviários que derrotou os pelegos que estavam há mais de 20 anos no seu sindicato.

No primeiro escrutínio o pelego manobrou, não soltou as urnas e não foi atingido o quorum. Era outubro ainda, mas deu para perceber que a chapa 2 tinha vencido. Com esta certeza, a Chapa 2 partiu para o segundo turno com toda a garra, agora no final de novembro.

O sindicato tem uma base espalhada em vários estados, sendo a maior concentração no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora (MG). A chapa 2 só perdeu em duas urnas (sede do sindicato e outra (CBTU) que não colheram 90 votos). A votação nas oficinas foi esmagadora e o interior foi todo da MUF.

Garra extraordinária

Concorreram quatro chapas. Só a chapa 2 não tinha compromisso com a antiga diretoria. A chapa 1 teve a cara

de pau de se chamar de oposição mas foi apoiada por Helio Regato (presidente da Federação e um dos maiores pelegos do país), tendo 1750 votos. A chapa 3 não disse a que veio e fez um pouco mais que 100 votos. A chapa 4 foi apoiada pelos reformistas e fez mais de 1000 votos.

A chapa 2 fez 3499 votos e representa um movimento construído na luta e pela base nos últimos anos. Teve o apoio inclusive de antigas lideranças do sindicato de antes de 64. Foi uma vitória de um trabalho acumulado e de uma campanha muito bem conduzida, com uma direção firme e uma garra extraordinária.

Esta vitória soma uma dinâmica de revigoramento do sindicalismo combativo no Rio de Janeiro. É significativa também para estimular e apoiar em especial as eleições no ano que vem dos ferroviários da Leopoldina.

A posse da nova diretoria será no dia 29 de dezembro. O anúncio de um bom ano novo, de novas vitórias. (Da sucursal).

Dia Continental de Luta contra a Dívida No Peru e no Mexico, as maiores manifestações

Uma reunião de representantes de centrais sindicais latino-americanas realizada na última semana de novembro em Montevideu fez um primeiro balanço dos avanços da luta contra o pagamento da dívida no continente.

Por Américo Bernardes

A luta contra o pagamento da dívida externa na América Latina avançou substancialmente nestes últimos meses. O principal fato que reforça a proposta de realização de atividades continentais (e que atesta a sua real possibilidade) foram as manifestações do dia 23 de outubro, Dia Continental de Luta contra a Dívida Externa e o FMI.

As principais manifestações do dia 23 de outubro ocorreram no México e no Peru. No México, onde o movimento sindical é controlado há dezenas de anos por uma poderosa burocracia sindical, subordinada à linha do PRI — Partido Revolucionário Institucional, que se encontra no poder há mais de 60 anos — foi realizada uma manifestação com mais de setenta mil pessoas, convocada por dezenas de sindicatos que não aceitam o controle da burocracia. No Peru, foi realizada uma manifestação com cerca de 25 mil pessoas, convocada principalmente pela CGT — Peru, a principal central sindical daquele país.

Um primeiro balanço

Além de manifestações em vários outros países (entre os quais Chile, Bolívia, Colômbia), também houve atos importantes na Argentina (convocada por setores que divergem da burocracia que comanda a CGT, a qual inclusive assumiu recentemente a proposta de moratória e investigação caso a caso da dívida formada principalmente durante a ditadura militar). Já no Uruguai,

onde a central sindical PIT — CNT sempre assumiu uma posição mais conseqüente em relação à questão, levando a bandeira de não pagamento da dívida, o governo decretou feriado no dia 23 de outubro, com o claro objetivo de esvaziar uma importante manifestação no dia 22 de outubro.

No Brasil, aconteceram atividades em praticamente todas as capitais e várias cidades do interior (nos principais locais de implantação da CUT). A principal manifestação ocorreu no Rio de Janeiro, com uma passeata que reuniu cerca de seis mil pessoas. Em São Paulo, foi realizado um ato público com três mil pessoas.

A CUT cumpriu um papel central neste processo, garantindo a convocação dos atos, levando à frente sua proposta e convocando a Conclat e outras entidades. Apesar da importância desta luta, a posição da Conclat foi bastante ambígua. Em Belo Horizonte, a Conclat não aceitou fazer uma manifestação unitária. Em São Paulo, pela presença amplamente majoritária de ativistas que apoiam a CUT, no ato, pode-se ver claramente que a Conclat não fez qualquer esforço para garantir uma maior participação. Este comportamento pode ser compreendido facilmente a partir do fato de que hoje, e cada vez mais, a Conclat está controlada pelos setores mais pelegos do movi-



mento sindical brasileiro (as confederações detêm o controle de 60% da direção da Conclat).

Reunião em Montevideu

Avançando no processo de unificar o movimento sindical latino-americano, foi realizada uma reunião de centrais durante o 3º Congresso do PIT — CNT, no Uruguai. Esta reunião aprovou uma declaração assinada pela CGT — Argentina, CST — Colômbia, CUT — Brasil, CGT — Peru, CTC — Cuba, CNT — Chile, COB — Bolívia, CPTe — Paraguai (no exílio), além de um representante do Sindicato dos Trabalhadores da UNAM — México (que participou da convocatória do ato que se realizou) e das regionais CLAT e Cpostal. Esta reunião, realizada no dia 29 de novembro, também fortaleceu a proposta de se realizar um Encontro Latino-americano nos próximos meses de março ou abril, com data a ser acertada na próxima reunião do Conselho Laboral Andino, que será em Lima nos dias 18 e 19 de janeiro.

Este quadro fortalece ainda mais a proposta que a Executiva Nacional da CUT apresentará para a apreciação da próxima Plenária Nacional. Nesta proposta, a CUT define um encaminhamento a nível continental, que tem dois eixos principais: o encontro continental e a realização de um novo dia unitário de manifestações na América Latina no próximo 1º de maio.

Também são definidas propostas a nível nacional, entre elas um julgamento da dívida externa na abertura dos trabalhos legislativos no próximo semestre e a combinação da luta contra a dívida externa com as campanhas salariais do primeiro semestre (onde já se aponta a proposta de uma campanha nacional unificada). Neste processo, a campanha será lançada em um ato nacional onde participarão os dirigentes dos sindicatos que tomarem a iniciativa da deflagração da campanha nacional unificada.

Assine EM TEMPO:

Um jornal que coloca você por dentro da luta dos trabalhadores

A Editora Aparte Ltda.

Estou enviando um cheque nominal à Editora Aparte Ltda., no valor de Cr\$.....

Assinatura do jornal **EM TEMPO** (Cr\$ 40.000 — 12 números)

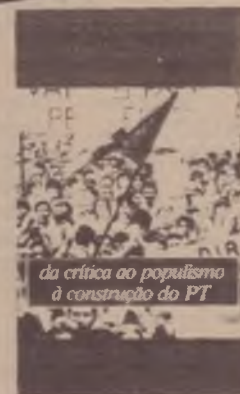
A teoria leninista da organização — Ernest Mandel (Cr\$ 25.000)

Da crítica ao populismo à construção do PT — Raul Pont (Cr\$ 40.000)

Perspectiva Internacional, n.º.....(Cr\$4.000 por número)

Pacote de fim-de-ano do **EM TEMPO** (Cr\$ 85.000)

Recorte e envie à Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Letão, 57 — Pinheiros — CEP 05414 São Paulo
SP Fone: 852.88.80



"Livro escrito de dentro da militância, irrigado pela prática política, não acadêmico, mas nem por isto menos importante, é de fato um livro sobre a história do PT (incluindo a sua pré-história). Não é toda a história, nem a história de todos, mas é um pedaço muito importante, que vai ajudar a nova militância petista a situar os debates que construíram nosso partido."

Flávio Koutzii

Não perca o pacote de fim-de-ano do EM TEMPO

- A teoria leninista da organização-Ernest Mandel
 - Da crítica ao populismo à construção do PT-Raul Pont
 - Assinatura do **EM TEMPO** ou da PERSPECTIVA INTERNACIONAL
- Tudo isso por apenas Cr\$ 85.000

Carapicuíba - S.P.

Na alimentação, uma experiência do movimento de mulheres

Do Movimento de Mulheres pela Alimentação em São Paulo, surge o projeto do leite mais barato. Aqui um relato desta experiência em Carapicuíba.

Celia de Souza

Todas as manhãs, quase duas mil mulheres comparecem à fila do leite em Carapicuíba, município vizinho de São Paulo. Ali há sete meses está em funcionamento o projeto do leite natural a granel, com a venda deste produto 20% mais barato à população. Quando começou, o projeto atingia uma camada mais carente da população. Hoje, com o preço estabelecido em 1.820 e 1.900 cruzeiros, embora 20% mais barato que o preço normal, ele já começa a ser inviável para este setor.

Este é um dos problemas que vem sendo enfrentados neste trabalho iniciado pelo Movimento de Mulheres pela Alimentação em outubro de 84. No dia 16 de outubro do ano passado, às vésperas de um novo aumento do leite, cerca de cem mulheres ligadas ao movimento de mulheres de São Bernardo do Campo, Casa da Mulher do Grajaú (SP), da Associação e Casa da Mulher de Carapicuíba e outras entidades, fizeram uma manifestação na Secretaria da Agricultura reivindicando alimentos mais baratos e um subsídio especial ao leite. Após vários meses de discussão, o projeto do leite passou a ser implementado no Grajaú, São Bernardo e Carapicuíba. Nesta época (apenas sete meses atrás) o leite, que agora custa mais de 1.800 cruzeiros, era vendido a 600 cruzeiros.



Participação crescente

Funcionando em um local obtido junto à Cohab de Carapicuíba, onde residem cerca de 72 mil pessoas (num município de 350 mil habitantes), o projeto vinha sendo administrado voluntariamente pela Associação e Casa da Mulher, já que a verba destinada para o funcionamento era insuficiente. Agora, com a renovação do contrato entre a Associação e a Secretaria de Agricultura, o projeto será tocado sob administração da entidade mas com funcionários remunerados e com direitos trabalhistas assegurados.

“Uma das coisas boas do funcionamento do projeto do leite foi a possibi-

lidade que tivemos de um maior contato com mulheres. Este sempre foi o objetivo principal da entidade. Por outro lado, o projeto vem tomando um tempo imenso, com constantes reuniões na Secretaria.” Quem avalia os primeiros resultados desta experiência é Neuzi Cordeiro, presidente da Associação de Mulheres de Carapicuíba. Diariamente, Neuzi levanta às 4 horas da manhã e vai para o posto do leite onde trabalha até o meio dia. Várias tardes da semana ela destina às reuniões que constantemente são realizadas junto à Secretaria.

Fora destas atividades ela ainda tem que dar conta da casa, dos filhos e das

outras atividades da Associação que já encampou algumas lutas como o movimento de saúde, dos mutuários e vem realizando atividades com as mulheres da fila do leite. Algumas destas atividades, que tem trazido mais mulheres à participação política, são os cursos realizados aos sábados na sede da Associação. Cursos que falam da sexualidade e saúde da mulher à culinária. E enquanto se preparam para transformar a entidade em uma verdadeira Casa da Mulher “com tudo o que temos direitos”, a reivindicação de alimentos a preços mais baratos prossegue, descartando hipóteses como “sacolão”, “varejão”, que não dispensam nunca a presença do “atravessador maior” que é a Ceagesp e que vem implementando este tipo de venda.

Bons resultados

De todas estas atividades, o melhor resultado, na avaliação de Neuzi, tem sido a penetração da entidade na cidade. Além disto, como militante do PT, ela ressalta a importância deste trabalho específico de mulheres. Membro do Diretório do PT de Carapicuíba (a cidade tem dois vereadores eleitos pelo partido) ela afirma que o trabalho e as lutas da Associação vêm contando com o apoio de todos os militantes do partido, que consideram importante a ampliação deste espaço conseguido pelas mulheres em seu movimento.

Impasse na UEE de Minas

Marco Aurélio Crocco

Realizou-se nos dias 23 e 24 de novembro o 30º congresso da UEE - MG, contando com cerca de 500 delegados inscritos.

Apesar dos setores classistas terem obtido maioria no último Conselho de Entidades de Base (CEB) da UEE, gerando uma expectativa de que isto se repetiria no congresso, este contou com uma maioria apertada (cerca de 40 votos) das forças reformistas. Estes aprovaram suas propostas nos pontos de lutas educacionais e de conjuntura (apoio à comissão de “alto nível” do MEC, 1/5 de participação nos órgãos colegiados, apoio à “Nova República” e ao seu “congresso constituinte” etc.) enquanto o conjunto da oposição apresentou uma proposta de combate ao governo Sarney e à sua política educacional. No ponto de forma de eleição da nova diretoria da UEE, foi aprovada a realização de eleições em urna em maio de 1986.

O ponto alto do congresso foi a discussão da forma de eleição da nova diretoria da UEE.

Imediatamente após a vitória da proposta de eleição em urna, a mesa (setor ligado ao jornal “Hora do Povo”), “encerrou” o congresso, na tentativa de através de um golpe permanecer na

diretoria da entidade até a data das eleições, recusando-se a submeter ao congresso a questão da nova direção da UEE. Por outro lado, o setor do PT conhecido como “PT de massas”, sem qualquer preocupação unitária ou com a representatividade da diretoria, “assumiu” a mesa do congresso já esvaziado e “elegeu” sozinho uma comissão para responder pela entidade e encaminhar as eleições.

Reconstruir a unidade do movimento

O setor ligado ao “Hora do Povo” não surpreende com esta tentativa de golpe. Afinal, já é quase rotina esta prática por parte de seus militantes, desconhecendo e desrespeitando a democracia interna do movimento estudantil.

Já os companheiros do “PT de massas” aproveitaram-se do tumulto criado pela antiga diretoria da UEE para “eleger” uma comissão que não tem representatividade e nem é reconhecida pelo restante das forças que atuam no movimento estudantil mineiro. Responderam ao golpe com outro golpe, aproveitando-se das circunstâncias para implementar uma política que privi-

legia a divisão das entidades estudantis.

Hoje o movimento estudantil mineiro possui uma entidade unitária, a UEE, mas não existe quem responda por ela. Nem a antiga diretoria (que encerrou o mandato) nem a comissão “eleita” tem representatividade e legitimidade para se dizer direção da UEE - MG. A questão central neste momen-

to é reconstruir a unidade do movimento estudantil em Minas Gerais, fundamental para o desenvolvimento da luta dos estudantes. E o único encaminhamento que pode superar o impasse criado é a convocação, pelos DCE's do estado, de um conselho estadual de entidades, em que seja definido o processo eleitoral e a direção da UEE até a realização das eleições.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aluísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** R. Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30 000; **Porto Alegre:** R. Fernandes Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90 000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 — sala 1.414 — CEP 20 031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29 000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59 072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66 000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5 088 — Cidade Universitária — CEP 88 000; **Goiânia:** Caixa Postal 469 — CEP 74 000.

Tiragem desta edição: 9000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo.

Nicaragua

O direito a defender a revolução

No dia 15 de outubro, o presidente da Nicaragua, Daniel Ortega, anunciou a decretação do estado de emergência no país, promovendo a suspensão de várias garantias constitucionais.

A medida foi acompanhada da retomada vigorosa de uma campanha de calúnias contra o governo sandinista.

O porta-voz da Casa Branca, afirmou que a medida confirmava a linha totalitária do sandinismo. No Brasil, o ato do presidente da Nicaragua foi tema de vários editoriais da imprensa burguesa, invariavelmente no mesmo tom.

A decretação do estado de emergência em um país agredido pela guerra que lhe é movida pelo governo Reagan é, na verdade, um ato em defesa da soberania e da continuidade do processo revolucionário.

Nas próximas semanas começarão a chegar a Honduras os créditos de guerra aprovados pelo Congresso norte-americano a favor da contra-revolução nicaraguense. Isso significa uma nova ofensiva da guerra de desgaste que os Estados Unidos mantêm contra a Nicarágua. Ante tais circunstâncias e em pleno exercício de sua soberania, o governo nicaraguense restabeleceu o estado de emergência. Este havia sido suspenso no verão do ano passado para facilitar as eleições presidenciais de novembro.

A guerra contra a hierarquia católica e a cúpula empresarial

A guerra que a contra-revolução mantém a partir de Honduras é o resultado de uma decisão do governo norte-americano e se mantém pelo desejo expresso deste. A posição sandinista para chegar a um acordo de paz é muito clara: parem a agressão e então negociaremos. Nenhuma outra alternativa é aceitável.

Com a guerra contra-revolucionária, o governo norte-americano busca desgastar a revolução e gerar severas tensões sociais.

Do ponto de vista militar, a contra-revolução não conseguiu avançar substancialmente devido ao limite traçado pelos sandinistas. Mas o prolongamento da guerra faz com que uma parte da população veja como necessário algum tipo de negociação política com a contra-revolução. Por outro lado, os problemas de consumo, de transporte e o agravamento das dificuldades sociais, sobretudo nas cidades, criam um ambiente favorável para o desenvolvimento das idéias contra-revolucionárias.

Como diz o ministro do Interior da Nicarágua, o companheiro Tomaz Borge na edição da revista *Pensamiento Proprio* de junho e julho de 1985: "a propaganda reacionária, que se identifica em muitos aspectos com a propaganda contra-revolucionária, conseguiu que um setor não majoritário mas importante da população considere positivo um diálogo com a contra-revolução"; além disso, como o mesmo Borge indica, "nas zonas de

guerra tem que se levar em conta que é muito importante a força e o símbolo da força militar. Quer dizer, uma unidade inimiga que chegue bem armada e com algum discurso demagógico, pode confundir seriamente a população. Em troca, uma unidade nossa (sandinista) pode cometer graves erros se não leva em conta este fator".

Por outro lado, os partidos tradicionais da burguesia, fortemente divididos e com um peso social muito desigual, não conseguiram apresentar uma alternativa com credibilidade ao sandinismo. Por isso, tem sido a hierarquia católica encabeçada pelo agora cardeal Miguel Obando y Bravo quem trata de canalizar o protesto anti-sandinista que a guerra da contra-revolução procura gerar.

As maiores manifestações contra o sandinismo têm sido organizadas com o apoio da Igreja — como ocorreu quando dos atos violentos que se produziram durante a chegada de Monseñor Obando na Nicarágua, após ter celebrado uma missa em Miami a qual compareceram os principais chefes da contra-revolução.

A nova ofensiva contra-revolucionária foi concebida nesta ocasião para ser acompanhada por movi-



onze mil assassinados pelo terrorismo ianque.



Daniel Ortega, presidente da Nicarágua

mentos nas cidades. Com este fim, a hierarquia da Igreja vinha distribuindo panfletos ilegais em aberta provocação. O estado de emergência permite à revolução sandinista deter estas manobras que visam a abertura de uma frente política interna da contra-revolução.

As reivindicações dos trabalhadores e da ultra esquerda

No dia anterior à entrada em vigor do estado de emergência se discutiu na Assembléia Nacional - onde participam a frente sandinista, outros partidos de esquerda e alguns da burguesia - o problema dos abonos salariais de fim de ano.

A frente Sandinista defendeu que se concedessem abonos salariais apenas para os que recebessem 12.700 córdobas (70% dos trabalhadores nicaraguenses). Os partidos da burguesia - e os próprios empresários através de seus organismos - assim como o Partido Comunista da Nicarágua (PCd e N) e o Partido Socialista Nicaraguense (PSN) se opuseram. Defenderam que deveria se pagar os abonos a todos os assalariados. O PC da N, convocou os sindicatos que dirige à greve, exatamente no dia em que entrou em vigor o estado de emergência.

Os empresários, que nestas ocasiões barganham até o infinito as demandas dos trabalhadores se mostravam agora muito generosos. A esquerda estalinista, por sua vez, tão propensa aos compromissos em outras épocas, se mostrava intransigentemente obreirista.

Mas os argumentos dos dois polos anti-sandinistas eram puramente demagógicos. O teto proposto - necessário diante da atual situação econômica

— partia do fato de que a maioria dos trabalhadores nicaraguenses ganham salários muito baixos, inferiores ao teto proposto. Consequentemente, os mais desfavorecidos receberiam integralmente seu abono. Os estratos superiores seriam os mais afetados. Mas o PC da N e o PSN simplesmente ignoram as dificuldades da revolução para retirar proveito próprio. Sua atitude é totalmente irresponsável ainda que coerente com sua posição política.

Tornou-se um lugar comum na imprensa e nos meios de comunicação capitalistas referir-se à falta de liberdade de imprensa que existe hoje na Nicarágua. Ninguém diz que La Prensa (o principal jornal da oposição burguesa na Nicarágua) continua sendo publicado todos os dias. No início do estado de emergência, estas foram as manchetes de primeira página: "Garantias suspensas; partidos políticos poderão ser afetados; explicam alcance das medidas", um pouco mais abaixo: "50º aniversário das leis nazifascistas".

Além de ser um bom jornalismo do ponto de vista técnico, se distingue claramente o estilo de guerra psicológica que a CIA pratica em toda a América Latina. O estado de emergência se relaciona com o fascismo, com a violação despótica e sistemática do estado de direito e não com a defesa de uma revolução que a guerra já cobrou onze mil vidas. A revolução é uma forma de ditadura, pois deve afetar os poderosos e elevar os de baixo. A revolução, para sua própria sobrevivência, precisa das liberdades públicas. Mas diante da agressão tem direito a defender-se da melhor forma possível.

A magnitude da agressão

Na sua conferência diante da Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 21 de outubro, o presidente nicaraguense Daniel Ortega fez um balanço das dimensões que alcançou a guerra de agressão norte-americana. Ortega assinalou que de 1980 até 4 de setembro passado, as forças tarefas e os comandos da CIA assassinaram 3652 civis, 146 dos quais eram mulheres e 210 crianças menores de doze anos. Além disso, a contra-revolução feriu 4039 pessoas e sequestrou outra 5232.

Por causa da guerra, 240 mil nicaraguenses perderam suas casas e 7582 crianças ficaram órfãs. Nas áreas rurais, assinou o presidente Ortega, os contra-revolucionários mataram 7.599 pessoas e os feridos sobem a 1.326.

Como disse o companheiro Ortega, se os Estados Unidos estivessem pagando um custo proporcional à sua população na guerra contra a Nicarágua, uma quantidade de baixas desta magnitude — que chega já a onze mil mortos — equivaleria a uma cifra muito superior aos norte-americanos mortos na guerra do Vietnam e três vezes mais baixas que os Estados Unidos tiveram na segunda guerra mundial.

Rádios Livres I

Os posseiros do ar

Suas armas são apenas o prazer, a vontade de comunicar e a necessidade de ampliar os espaços de produção da informação e da cultura. Eles estão invadindo os ares poluídos de São Paulo com suas ondas: são as rádios livres, cerca de dez já atuando na cidade, mais de trinta em projeto. EM TEMPO publica aqui a primeira parte de um longo bate-papo com Cinderela, da Rádio Xiliq, Cachoeira, da Rádio Tereza e Edu, da Livre Gravidade.

O que representa a Rádio Xiliq para o movimento das rádios livres?

Cinderela — É mentira dizer, como têm feito, que a Xiliq é a primeira rádio livre que existiu no Brasil. Houve várias experiências, como em Sorocaba, onde no verão de 82 pintaram 42 rádios, todas de grupos de jovens. Daí, a grande imprensa divulgou, o Dentel passou lá, deu uma assustadinha e o pessoal desligou. Depois que a gente aqui em São Paulo começou, eles voltaram a transmitir. E tem várias emissões pelos cantões e cantinhos do país que aconteceram, que desapareceram depois. A diferença com a Xiliq, ou com as pessoas que começaram a Xiliq é que elas tinham a intenção de promover uma discussão não só através da sua rádio, mas uma mobilização para que as pessoas tomassem consciência de que fazer rádio é como fazer um jornal. Todo mundo tem possibilidade de fazer um jornal. Por que não se ocupa o espaço do rádio também? Hoje não é crime fazer jornal, por que é crime montar rádio?

Edu — Isso é uma questão interessante: em qualquer democracia liberal, a legislação sobre a imprensa escrita é muito mais liberal do que em relação à rádio e à TV.

Cinderela — E isso não é à-toa, porque a rádio tem uma rapidez em que a notícia mal chegou, já está sendo divul-



gada, sem elaboração. O jornal é diferente, tem todo um processo.

Edu — Mais do que isso: a rádio pega analfabeto, a rádio você pode ouvir enquanto está fazendo outra coisa, enquanto está tramando. No caso, por exemplo, dos sindicatos, a rádio não só pode mandar notícia de uma coisa que está acontecendo, como pode agitar, criar o fato: "A passeata está acontecendo, vamos lá, desce aí."

Volta lá na história da Xiliq ...

Cinderela — Algumas pessoas tinham vivenciado esta experiência fora, na Itália e na França, principalmente, estavam querendo fazer aqui. O primeiro problema era transcrever o esquema do transmissor prás peças que se compra aí na Rua Santa Efigênia. Não adiantava importar uma rádio, não teria como outras pessoas construir. Isso demorou uns quatro anos, entre ânimos e desânimos. Afinal, no início deste ano encontramos um técnico — o nosso santo — e em quatro meses ele construiu o transmissor.

E a Rádio Tereza, como começou?

Cachoeira — A idéia de ampliar a comunicação é antiga, este é o nosso trabalho no sindicato dos bancários: fazer o sindicato na rua. Afinal, são 50

mil bancários aqui no centro. Assim, nossa proposta tem sido ocupar o centro com shows, comícios, atividades de formação sindical. Começamos com o teatro de rua, mas sentíamos que as pessoas do alto dos prédios também queriam ouvir e então montamos a Rádio no Ar, a primeira rádio ao vivo e a cores, que éramos nós com o equipamento de som do sindicato agitando este centro da cidade. Esse nosso som foi o primeiro grande som de sindicato. Hoje temos uma enxurrada de carros de som, o movimento sindical sentiu que tem de ser por aí. Mas isso levou quatro anos e foi junto também com o desenvolvimento do próprio movimento sindical, é claro. Se você tem uma proposta de movimento de massa, você tem que ter como se comunicar com a massa. Isso vai dar na rádio, na TV, no telão e no vídeo. A imprensa, a nível de massa, teve seu auge no Brasil na década de 40. Hoje nosso potencial não pode mais estar todo jogado na palavra escrita. A idéia da rádio pintou durante a última greve dos bancários, com a Xiliq transmitindo ao vivo uma assembleia. Imagina o Comando de Greve com um transmissor e a gente orientando todo mundo prá levar seus radinhos! Facilitaria demais a informação, impedir os boatos, centralizar o comando. Isso ouriçou a gente a viabilizar este meio.

Qual a relação da Rádio Tereza com o Sindicato dos Bancários?

Cachoeira — Nós somos militantes e funcionários do sindicato. A gente achou por bem fazer tudo isso independentemente do sindicato prá ser mais rápido, ocupar este espaço. A grana tem saído do nosso bolso. Temos toda uma relação com o movimento sindical porque é neste meio que vivemos, é o meio em que a gente batalha enquanto indivíduos e queremos que a nossa expressão esteja a serviço dessa luta.

Como pode se dar isso?

Cachoeira — Além de tudo que eu já mencionei, tem a questão do isolamento. O sindicato não é só de sua categoria, é preciso quebrar este isolamento, imposto pela estrutura sindical. Hoje quem lê o jornalzinho do sindicato é só o trabalhador daquela categoria. É

preciso ampliar para a população. A rádio, a TV, todo este trabalho que desenvolvemos aqui no centro vem por isso. O sistema tenta isolar as lutas sindicais, de categorias e a gente tem que fazer as ligações com o todo, com o dia-a-dia.

Cinderela — E tem a questão da grana. Outro dia eu brinquei com um dirigente sindical que estava com um monte de panfletos na mão: "Em cruzeiros, quanto você tem aí de panfletos na sua mão?" Se o cara gastou um milhão, com esse dinheiro a gente compraria as peças de um transmissor e você poderia falar eternamente, prá quem quiser, sem precisar ficar distribuindo aqui, ali e ali. Não é a toa que na América Latina tem mil experiências dessas, que eu acho que agora está começando a pintar aqui no Brasil. Essa dos bancários vai ser um canal. Tem outro projeto — eu fui uma das pessoas que escreveu — que está sendo discutido: uma rádio do PT, que viria no sentido de você se comunicar com toda a franja, todo o eleitorado e simpatizantes que o PT ganhou nesta campanha para a prefeitura. Se o Sarneizão tem lá a hora do pé da rádio, o Lula falaria no coração dos ouvidos. Um pouco como experiência para essa rádio grande do PT, já está no ar a rádio Estrela Sobe, do diretório do PT de Perdizes.

Edu — De onde apareceu a "Se Ligue Suplicy"?

Cinderela — Foi um pessoal ligado à Xiliq e outros não ligados, que formaram duas "Se Ligue Suplicy" durante a campanha eleitoral, não foi uma iniciativa de dentro do PT.

Quantos grupos existem hoje e como eles se relacionam entre si?

Cinderela — São trinta grupos que estão com projetos em andamento. A dimensão que este movimento tem tomado é uma coisa fantástica. Essa semana me ligou uma voz de garoto: "Você é que faz rádio pirata? É que o meu professor é amigo seu e ele disse que se a gente queria fazer um transmissor tinha que falar com você." Nós temos uma cooperativa das Rádios Livres que está ainda se estruturando. Ela mantém um técnico assalariado só para construir rádio e está aberta para



todo mundo que queira construir rádio, para socializar os problemas, para solidariedade em caso de repressão e para começarmos a construir uma ética das rádios livres, quer dizer, a normatização, se houver, tem que vir da gente.

Cachoeira — A gente tem necessidade de fazer crescer um movimento em torno das rádios para que tenha repercussão. Senão fica uma experiência isolada e não vai ajudar a colocar um novo meio de comunicação nas mãos do trabalhador. A cooperativa é fundamental para criar esse movimento: ela deverá discutir formas, linguagens, discutir o rádio, fazer coisas conjuntas, até uma atuação conjunta em processos de greve, movimentos, uma "cadeia livre".



Cinderela — Nem todas as rádios que existem estão na cooperativa: nesta eleição eu tive notícia de uma rádio janista, sei de uma rádio em Santo André, etc. Tem uma rádio ligada aos movimentos de ocupação de terras, em Ermelino Matarazzo, que já estava montada antes da Xiliq. Primeiro eles faziam um jornal, mas como a maioria do pessoal não sabe ler, eles começaram a usar um serviço de alto-falantes. Só que quando venta, o som do alto-falante vai prá dois, três quilômetros e ali mesmo ninguém escuta nada. Então eles montaram uma rádio.

E o que costuma ir para o ar?

Cinderela — Na Xiliq vai de tudo. Tem grupos que assumem fazer um dia na semana e então você não tem uma coisa delimitada, não tem reuniões gerais prá dizer o que vai acontecer. São os grupos autônomos que decidem. Eu sei o que vai acontecer no meu programa, ou ouço direto, pelo rádio. Um exemplo pode ser um programa do Projeto Itaca: eles foram à festa do Jânio, na Av. Paulista e começaram a perguntar para as pessoas porque elas eram janistas, o que é o comunismo. E eles editaram no meio das falações aquela música "delírio, delírio".

Cachoeira — A nossa linguagem na Tereza está muito voltada para o lúdico: este não é um país sério. Também queremos trabalhar com o jornalismo comparativo, a diversidade de fontes de informação, quem está falando o quê. Nosso objetivo é retratar tudo o que acontece neste centrão de São Paulo, fazendo entrevistas com os trabalhadores, artistas, transeuntes, trombadinhas. Muita MPB, rádio novelas, crítica e humor. Não temos tempo profissional para dedicar à rádio, por isso pretendemos andar o tempo todo com o nosso gravadorzinho, cada um sendo um repórter onde estiver.

Se ligue Pirata onde e quando ouvir

Rádio Tereza (operando a partir do final de novembro 85)

FM 107 — 12:00 às 12:30H — Centro de São Paulo

Rádio Xiliq

FM 106.4 — Perdizes, Sumaré, Higienópolis, Lapa e região das 18:00 às 22:00H, durante a semana

Rádio Ilapso

FM 87 — Pinheiros, Lapa, Vila Madalena sábados à noite

Rádio Tomada

RTTT, Rede Totó Ternura de Telecomunicações

Coquetel Molotov

Irip

FM 107.2 alternam-se durante a semana das 18:00 às 20:00H

Pinheiros, Vila Madalena, Butantã, Cidade Jardim, Ibirapuera e Brooklin.

Rádio Estrela Sobe

FM 106.4 — Perdizes, Sumaré, Higienópolis, Lapa e Região.

Contatos com a cooperativa das Rádios Livres: toda quarta-feira à noite na Rua Monte Alegre, n.º 984, Perdizes.